



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA
Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

NUNO JOSÉ VALENTE DO NASCIMENTO BESSA

**OS TEXTOS BÍBLICOS NA AULA DE EDUCAÇÃO
MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA**

**Contributos para uma aplicação dos textos bíblicos em
contexto de sala de aula**

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob orientação de:
Prof.^a Doutora Maria Isabel Pereira Varanda**

**Braga
2014**

INTRODUÇÃO	5
CAPITULO I – FINALIDADES DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA E DOMÍNIOS E METAS CURRICULARES DO NOVO PROGRAMA	10
1. Finalidades da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica	11
2. Domínios e Metas Curriculares	13
CAPITULO II – A BÍBLIA - DEFINIÇÃO E INTERPRETAÇÃO	22
1. Definição de Bíblia	22
2. Inspiração e “Verdade” da Bíblia	24
<i>2.1. Que significado tem a inspiração bíblica, hoje?</i>	24
<i>2.2. Verdade</i>	26
3. Introdução ao estudo e interpretação da Bíblia	27
4. A exegese bíblica	28
<i>4.1. O método histórico-critico</i>	28
<i>4.2. Outros métodos e abordagens para interpretação da Bíblia</i>	31
4.2.1. Análise retórica	32
4.2.2. Análise narrativa	34
4.2.3. Análise semiótica.....	35
4.2.4. Abordagens baseadas na Tradição	37
4.2.5. Abordagens através das ciências humanas	39
4.2.6. Leitura fundamentalista	42
<i>4.3. Atualidade e atualização</i>	44
4.3.1. Princípios	45

4.3.2. Métodos	46
4.3.3. Limites	47
CAPITULO III – OS TEXTOS BÍBLICOS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA	49
1. Apresentação dos textos	51
<i>1.1 Os textos</i>	52
<i>1.2 A análise do roteiro bíblico</i>	57
CAPITULO IV – CONTRIBUTOS PARA UMA APLICAÇÃO DOS TEXTOS BÍBLICOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA	69
1. Preocupações do professor de Educação Moral e Religiosa Católica	69
<i>1.1 O papel da Bíblia na construção da identidade</i>	69
1.1.1. A busca de identidade	70
1.1.2. A mediação textual	73
1.1.3. O texto cristão.....	78
1.1.4. Texto e imagem	82
2. A cultura pós moderna: desafios para a Educação Moral e Religiosa	85
<i>2.1. A luta contra os ídolos</i>	87
<i>2.2. O primado da experiência</i>	90
<i>2.3. Deus e a cultura moderna e pós-moderna</i>	90
<i>2.4. A religiosidade pós-moderna</i>	92
3. Contributo para uma planificação de aula(s)	93
CONCLUSÃO.....	96

BIBLIOGRAFIA	98
ANEXOS	102

INTRODUÇÃO

A Bíblia, na história religiosa da Humanidade, é sinal da memória da cultura da Humanidade. Ela é lugar que conserva a memória, que constantemente é invocada, pelas comunidades que as «habitam», num encontro com as origens e sentem necessidade de narrar as figuras e os acontecimentos que, desde o princípio, foram percorridos pelas gerações. Esta conservação da memória implica sempre inovação. Neste sentido, as tradições escriturísticas da Humanidade foram sempre lugares onde se propôs um novo olhar na construção do mundo e dos modos de nele agir, abrindo caminho a novos «mundos».

Podemos afirmar, com certeza que, a Bíblia é património da Humanidade. Ela é lugar de cultura, pois exprime propostas e respostas às mais variadas interrogações da existência humana. A história da Bíblia confunde-se com das diversas línguas, das linguagens e das literaturas, evidentemente, com ambiguidades e contradições, mas exprimindo modos humanos de habitar o mundo.

O contributo da Bíblia é fundamental para superar a iliteracia religiosa, ao mesmo tempo, evitar o perigo da logocracia, onde muitas vezes se torna arma de exclusão, como é o caso do fundamentalismo.

“A Bíblia representa atualmente tanto um fundamental lugar de encontro da diversidade crente das Igrejas, como uma ponte estável e possível para o diálogo com este nosso tempo, que em relação a outras expressões da crença é caracterizado como distante, alheio ou resistente. A Bíblia aparece como um surpreendente denominador comum”¹.

¹ José Tolentino MENDONÇA, *A mediação cultural, um novo contexto para a transmissão religiosa*, in COMMUNIO, n°4, 33 (2006).

A disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica não pode deixar de dar o seu contributo para o estudo da Bíblia; enquanto mediação cultural encara-a como língua franca, que é verdadeiramente, e deve apostar como canal para a transmissão religiosa.

Este presente estudo vem, assim, relevar o papel dos textos bíblicos na aula de Educação Moral e Religiosa Católica.

Fruto da experiência pedagógica, até agora adquirida, como também de diversas reflexões entre colegas professores, vimos descobrindo que encontramos uma certa dificuldade na apresentação dos textos bíblicos em contexto de sala de aula, sob pena de uma certa confusão com o contexto catequético. Também encontramos outras dificuldades, como uma necessidade constante de formação bíblica por parte dos professores, isto é, uma (re)atualização dos conhecimentos e uma imperiosa necessidade de compreensão do contexto educativo, que constantemente está em mutação.

Ora, na primeira parte deste estudo, iniciaremos, precisamente, com um olhar sobre as transformações estruturais que o Currículo Nacional do Ensino Básico sofreu, e, por consequência, a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica. Iremos, então, verificar quais as alterações mais significativas, nomeadamente quanto às finalidades da disciplina, assim como os Domínios e Metas Curriculares. Desejamos salientar, ainda, neste primeiro capítulo, a transversalidade que foi dada à Bíblia, deixando de ser uma competência «pontual» de aquisição por parte do aluno.

Dada esta nova relevância, consideramos importante fazer, no segundo capítulo, um estudo sistemático de introdução ao estudo e interpretação da Bíblia, para assim, capacitar o professor de Educação Moral e Religiosa Católica neste âmbito. Não pretendemos, no entanto, fazer um estudo aprofundado, pois tornar-se-ia extremamente longo este trabalho. Apenas desejamos evidenciar alguns dos documentos mais importantes da Igreja neste

âmbito. Neste sentido, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, da Comissão Pontifícia Bíblica, tornar-se-á, neste capítulo, uma das grandes referências.

No terceiro capítulo, munidos já de algumas «ferramentas» dos capítulos anteriores, focalizaremos o nosso olhar para a análise dos textos bíblicos inseridos no roteiro bíblico da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica. Faremos uma apresentação pormenorizada de todos os textos apresentados ao longo de todo o currículo da disciplina, desde o 1º ano de escolaridade até ao ensino secundário. Seguidamente, apresentamos uma análise desse mesmo roteiro.

Por fim, no último capítulo, daremos alguns contributos que ajudem o professor de Educação Moral e Religiosa Católica, a aplicar os textos bíblicos nas suas respetivas aulas. Relevaremos a importância que o papel da Bíblia pode ter na construção da identidade, assim como na compreensão da cultura contemporânea. Na conclusão deste capítulo, apresentaremos uma planificação de aula, que explicita uma possível aplicação dos textos bíblicos em contexto de sala de aula.

Este trabalho resulta de um percurso árduo e sinuoso. Caminho não percorrido sozinho, mas assente num conjunto de relações e pessoas, que tudo fizeram para que não esmorecesse o entusiasmo, nem a vontade de concluir esta etapa. Por isso, torna-se necessário reconhecer todos quantos me ajudaram. Em primeiro lugar, um agradecimento particular à orientadora Professora Doutora Isabel Varanda, pelo acompanhamento prestado, não esquecendo a sua constante exigência e incentivo.

Ao meu colega, Marco Costa, que me incentivou a entrarmos nesta aventura e que, calcorreou comigo este caminho.

À minha família, de modo particular à minha esposa e à minha filha, que prescindiram forçosamente da minha presença em muitos momentos, para que fosse possível chegar até aqui.

Um agradecimento especial ao Padre Jorge, o meu primeiro pároco, pois foi ele que me deu a minha primeira Bíblia e me incentivou a lê-la, estudá-la e meditá-la, com o intuito de me tornar melhor pessoa.

E a todos os que cruzaram o meu caminho, o meu muito obrigado.

εν αρχη ην ο λογος και ο λογος ην προς τον θεον και θεος ην ο λογος (Jo 1,1)

No princípio era o Verbo, e o Verbo estava junto de Deus e o Verbo era Deus.

CAPITULO I – FINALIDADES DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA E DOMÍNIOS E METAS CURRICULARES DO NOVO PROGRAMA

As alterações estruturais que o Ministério da Educação e da Ciência promulgou através do Despacho nº 5306/2012 de 18 de Abril, vêm abolir o documento orientador “Currículo Nacional do Ensino Básico — Competências Essenciais”², por considerar que não existe razão para continuar a utilizar o uso das competências como objetivos fulcrais ao processo de ensino/aprendizagem. Por este facto, salienta o despacho que “ao se confundirem metas de aprendizagem concretas com objetivos vagos e muito gerais, metas curriculares com métodos de ensino e metas cognitivas com atitudes, continuou-se a não se destacar devidamente os conhecimentos e capacidades a adquirir pelos alunos em cada disciplina”³. Assim, a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica também se organizou para corresponder às expectativas legais, pelo que, realizou uma reorganização na definição das finalidades da disciplina e, conseqüentemente, determinou conceitos que sustentem as metas curriculares, objetivando domínios que categorizem as respetivas metas. À luz desta evolução, apresentamos neste capítulo, de uma forma sumária, as finalidades da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, que conduzirão à definição das metas curriculares, para assim situar a perspetiva do uso dos textos bíblicos em contexto de sala de aula.

² Decreto-lei nº 6/2001 de 18 de Janeiro, in *Diário da República, 1ª série — N.º 15 de 18 de Janeiro de 2001*.

³ Despacho nº 5306/2012 de 18 de Abril, in *Diário da República, 2ª série — N.º 77 de 18 de Abril de 2012*, 13952.

1. Finalidades da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica

Devemos, em primeiro lugar, definir o que são as finalidades de uma disciplina. Ora, as finalidades de uma disciplina definem o que, de uma forma ideal, um aluno consiga com “a sua frequência, a partir da sua experiência como pessoa em crescimento e em desenvolvimento, no contexto de uma determinada sociedade e de um dado sistema de ensino, se cumprir as várias Metas, determinadas para o conjunto dos Ciclos (ou níveis) de ensino em que a disciplina é oferecida e pode, portanto, ser frequentada”⁴. A disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica insere-se “nos currículos dos ensinos básico e secundário, desde o 1º ao 12º ano de escolaridade”⁵. O currículo articula-se sobre três fatores fundamentais: em primeiro lugar, na sociedade, que encerra em si uma história, com as suas instituições, fundada em valores dominantes, observando as suas necessidades com as suas opções económicas, culturais e políticas. Em segundo, os seus conteúdos, ou conhecimentos científicos, que são de toda a ordem e que são transmitidos ou utilizados a partir das disciplinas científicas ligadas ao currículo. O terceiro fator considera o aluno, na sua singularidade, e na evolução do seu desenvolvimento físico, intelectual, emocional, moral e religioso.

Partindo do princípio que compete exclusivamente à Igreja Católica a orientação do ensino de Educação Moral e Religiosa Católica, incumbe-lhe a “elaboração e revisão dos programas, a elaboração, edição e divulgação de manuais e de outros instrumentos de trabalho, bem como a apresentação de candidatos a professores. Respeitam-se as orientações gerais que regem o sistema educativo e que garantem a harmonia curricular

⁴ FUNDAÇÃO SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Metas Curriculares de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, 2013, 2.

⁵ Salienta-se que no 1º ciclo designa-se por área curricular disciplinar. FUNDAÇÃO SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Metas Curriculares de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, 2013.

entre todas as disciplinas”⁶. Acresce que, respeitando sempre a especificidade de Educação Moral e Religiosa Católica, isto é, a sua confessionalidade, por se tratar de uma disciplina da responsabilidade da Igreja em meio escolar. Assim, a Conferência Episcopal Portuguesa, acrescenta ainda algumas perspetivas que apontam a disciplina como estando ao serviço da educação integral do aluno. A saber: “(1) não há educação integral sem a consideração da dimensão religiosa, porque ela é constitutiva da pessoa humana; (2) a componente religiosa é um fator insubstituível para o crescimento humano em liberdade e responsabilidade; (3) o Evangelho ajuda a amadurecer as interrogações sobre o sentido da vida; (4) o Evangelho inspira valores de fé e de humanidade que tecem a história e a cultura da Europa; (5) a compreensão da realidade social, que a escola deve promover, requer, para ser verdadeira, o conhecimento do fenómeno religioso e das suas expressões e influências sociais”⁷.

Portanto, o contributo de Educação Moral e Religiosa Católica tem como grande finalidade “a formação global do aluno, que permita o reconhecimento da sua identidade e, progressivamente, a construção de um projeto pessoal de vida. Promove-a a partir do diálogo da cultura e dos saberes adquiridos nas outras disciplinas com a mensagem e os valores cristãos enraizados na tradição cultural portuguesa”⁸.

A Conferência Episcopal Portuguesa enuncia também as finalidades da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica:

- «Apreender a dimensão cultural do fenómeno religioso e do cristianismo, em

⁶ SILVA NUNES, D. Tomaz, *Sobre as finalidades da Educação Moral e Religiosa Católica, Pastoral Catequética*, n.º5. Ano 2, Maio-Ago 2006, SNEC, Lisboa, 75-80, p.75-76, cf. Conferência Episcopal Portuguesa, (2006), Educação Moral e Religiosa Católica – *Um valioso contributo para a formação da personalidade*, n.º 6, in *Pastoral Catequética*, 5 (2006) 7-16.

⁷ FUNDAÇÃO SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Metas Curriculares de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, 2013, 2.

⁸ Conferência Episcopal Portuguesa, Educação Moral e Religiosa Católica – *Um valioso contributo para a formação da personalidade*, n.º 8, in *Pastoral Catequética*, 5 (2006) 7-16.

particular;

- Conhecer o conteúdo da mensagem cristã e identificar os valores evangélicos;
- Estabelecer o diálogo entre a cultura e a fé;
- Adquirir uma visão cristã da vida;
- Entender e protagonizar o diálogo ecuménico e inter-religioso;
- Adquirir um vasto conhecimento sobre Jesus Cristo, a História da Igreja e a Doutrina Católica, nomeadamente nos campos moral e social;
- Apreender o fundamento religioso da moral cristã;
- Conhecer e descobrir o significado do património artístico-religioso e da simbólica cristã;
- Formular uma chave de leitura que clarifique as opções de fé;
- Estruturar as perguntas e encontrar respostas para as dúvidas sobre o sentido da realidade;
- Aprender a posicionar-se, pessoalmente, frente ao fenómeno religioso e agir com responsabilidade e coerência»⁹.

2. Domínios e Metas Curriculares

A partir do Despacho nº 5306/2012 de 18 de Abril, do Ministério da Educação e Ciência sobre as definições de Metas Curriculares para o Ensino Básico, tornou-se necessário ter em atenção as prioridades pelo Ministério estabelecidas, a fim de elevar os padrões de desempenho dos alunos, que se revelam decisivos para o desenvolvimento do Novo Currículo Nacional. Essas prioridades consistem em que “contenha padrões de rigor, criando coerência no que é ensinado nas escolas; permita que todos os alunos tenham

⁹ Conferência Episcopal Portuguesa, Educação Moral e Religiosa Católica – *Um valioso contributo para a formação da personalidade*, nº 10, in *Pastoral Catequética*, 5 (2006) 7-16.

oportunidade de adquirir um conjunto de conhecimentos e de desenvolver capacidades fundamentais nas disciplinas essenciais; garanta aos professores a liberdade de usar os seus conhecimentos, experiência e profissionalismo para ajudar os alunos a atingirem o seu melhor desempenho”¹⁰. Refira-se, ainda, que os “padrões que se estabelecem devem ser traçados tendo em conta a formação integral dos estudantes e a relevância do ensino para o mundo real, refletindo o conhecimento e as capacidades que os nossos jovens necessitam de adquirir e desenvolver para o seu sucesso no futuro. Promove-se, assim, a elaboração de documentos clarificadores que dão prioridade aos conteúdos fundamentais, sendo o ensino de cada disciplina curricular referenciado pelos objetivos e conteúdos de cada programa oficial”¹¹.

Neste sentido, o despacho indica que “o desenvolvimento do ensino será orientado por Metas Curriculares nas quais são definidos, de forma consistente, os conhecimentos e as capacidades essenciais que os alunos devem adquirir, nos diferentes anos de escolaridade ou ciclos e nos conteúdos dos respetivos programas curriculares. (...) A definição destas Metas Curriculares organiza e facilita o ensino, pois fornece uma visão o mais objetiva possível daquilo que se pretende alcançar, permite que os professores se concentrem no que é essencial e ajuda a delinear as melhores estratégias de ensino. Para cada disciplina e para cada etapa, devem identificar-se, de forma clara:

- Os conteúdos fundamentais que devem ser ensinados aos alunos;
- A ordenação sequencial ou hierárquica dos conteúdos ao longo das várias etapas de escolaridade;
- Os conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos;

¹⁰ Despacho n.º 5306/2012 de 18 de Abril, in *Diário da República*, 2.ª série — N.º 77 de 18 de Abril de 2012, 13952.

¹¹ Despacho n.º 5306/2012 de 18 de Abril, in *Diário da República*, 2.ª série — N.º 77 de 18 de Abril de 2012, 13952.

- Os padrões/níveis esperados de desempenho dos alunos que permitam avaliar o cumprimento dos objetivos.

Deste modo, revela-se crucial a reformulação das Metas Curriculares para as diferentes disciplinas do ensino Básico e Secundário, passando estas a assumirem-se, por todos e em cada disciplina, como uma referência fundamental no ensino. A reformulação das Metas poderá implicar uma revisão parcial de alguns programas curriculares, devendo apenas alterar-se o que é estritamente necessário e justificável”¹².

Ora, as Metas Curriculares definem o que o professor pretende que os alunos aprendam e que se baseia na “organização dos conteúdos programáticos da disciplina de modo que se evidenciem os seus conteúdos fundamentais e que estes possam ser objeto de uma ordenação sequencial e hierárquica ao longo das várias etapas da escolaridade. Essa ordenação deve ser orientada a partir de núcleos de conhecimentos e capacidades a adquirir e desenvolver pelos alunos e poderá culminar na definição ulterior de padrões de desempenho, se se julgar adequado às finalidades da disciplina”¹³. Para a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, as Metas Curriculares foram definidas a partir das finalidades da disciplina, conforme já enunciadas pela Conferência Episcopal Portuguesa, depois de sujeitas a um reordenamento programático, que consistiu numa revisão parcial do programa e que se baseia numa nova categoria designada por Domínios¹⁴, que conduzirão à definição das Metas Curriculares.

¹² Despacho nº 5306/2012 de 18 de Abril, in *Diário da República*, 2.ª série — N.º 77 de 18 de Abril de 2012, 13952.

¹³ FUNDAÇÃO SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Metas Curriculares de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, 2013, 4.

¹⁴ Define-se por Domínios, as “áreas de ensino que a disciplina compreende e que agregam logicamente os padrões curriculares daquilo que o aluno deve conhecer (campos de conhecimento, conteúdo) e do que o aluno deve saber fazer (processos ou competências); determinam-se a partir das suas Finalidades e do estatuto epistemológico da Teologia e das Ciências da Religião.” Cf. FUNDAÇÃO SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Metas Curriculares de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, 2013, 5.

Esses domínios são os seguintes:

- Religião e Experiência Religiosa;
- Cultura cristã e visão cristã da vida;
- Ética e moral.

Estabelecidos os domínios, definiram-se as seguintes Metas Curriculares:¹⁵

DOMÍNIOS		METAS
RELIGIÃO E EXPERIÊNCIA RELIGIOSA	A.	Compreender o que são o fenómeno religioso e a experiência religiosa.
	B.	Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história.
	C.	Identificar o núcleo central das várias tradições religiosas.
	D.	Promover o diálogo inter-religioso como suporte para a construção da paz e a colaboração entre os povos.
CULTURA CRISTÃ E VISÃO CRISTÃ DA VIDA	E.	Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo
	F.	Conhecer a mensagem e cultura bíblicas.
	G.	Identificar os valores evangélicos.
	H.	Articular uma perspetiva sobre as principais propostas doutrinárias da Igreja Católica.
	I.	Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade.
	J.	Descobrir a simbólica cristã.
	L.	Reconhecer exemplos relevantes do património artístico criados com um fundamento religioso.
M.	Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.	
ÉTICA E MORAL	O.	Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.
	P.	Promover o bem comum e o cuidado do outro.
	Q.	Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.
	R.	Identificar o fundamento religioso da moral cristã.
	S.	Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.

Estas Metas Curriculares são dispostas ao longo dos doze níveis de ensino (1º ao 12 anos), que se subdividem em tempo letivos diferentes para cada ciclo de ensino. Assim, no 1º ciclo temos 60 minutos semanais, nos 2º e 3º ciclos é atribuído 45 minutos semanais e no ensino secundário corresponde a 90 minutos semanais para cada ano respetivamente.¹⁶ Portanto, atendendo à sua complexidade, entendeu-se que nem todas as Metas podem ser convertidas em Objetivos Programáticos já no Ensino Básico, pelo que as “Metas Curriculares só poderão ser totalmente atingidas pelos alunos após a conclusão de todo o

¹⁵ FUNDAÇÃO SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Metas Curriculares de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, 2013, 5.

¹⁶ Cf. Decreto-Lei nº 139/2012 de 5 de julho, in *Diário da República*, 1.ª série — N.º 129 — 5 de julho de 2012, 3476.

percurso escolar, pelo que o docente deve lecionar tendo em consideração a necessidade de facilitar aos seus discentes a aquisição da totalidade dos Objetivos previstos para as várias Unidades Letivas de cada Nível de Ensino, pois é a aquisição cumulativa e interativa desses Objetivos que permite ao aluno familiarizar-se e interiorizar as Metas Curriculares.”¹⁷ Assim, o Secretariado Nacional da Educação Cristã, responsável pelo reordenamento programático, propõe¹⁸ “para cada Unidade Letiva, as Metas Curriculares permitem a definição de um conjunto de Objetivos Programáticos¹⁹ e estes articulam-se em torno de um conjunto de Conteúdos”²⁰. A definição de Objetivos Programáticos permitirá determinar com rigor “o comportamento que o aluno deve adquirir e que o professor aceitará como prova da aprendizagem, a situação de teste e o critério de desempenho”²¹.

Contribuirá, também, para os alunos perceberem claramente o que se espera deles, “favorecendo a aprendizagem e a autonomização progressiva dos alunos”²². Assim, o Programa de Educação Moral e Religiosa Católica estrutura-se por níveis de ensino e em cada nível de ensino são determinadas Unidades Letivas. Cada uma delas desenvolve-se em Objetivos Programáticos de Unidade que “operacionalizam a aprendizagem dos

¹⁷ FUNDAÇÃO SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Metas Curriculares de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, 2013, 6.

¹⁸ Salienta-se que, até à data, esta proposta aguarda homologação do Ministério da Educação e Ciência e conforme ata da 184ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa, esta proposta já se encontra entregue e estão a ser elaborados os novos manuais. [Consultado em 25-06-2014], disponível em http://diocesebm.pt/wp-content/uploads/2012/01/APabril2014_ComunicadoFinal_final.pdf

¹⁹ Entende-se por Objetivos Programáticos, “enunciados do tipo de resultados de aprendizagem que se esperam da leção de determinados conjuntos de conteúdos, descrevem a intenção do professor em relação ao desenvolvimento e à mudança pretendidos no aluno; redigidos a partir das ações que os alunos devem concretamente realizar, são mensuráveis através dos instrumentos de avaliação adequados; organizam-se a partir das Metas Curriculares tal como organizadas para os Domínios definidos.” FUNDAÇÃO SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Metas Curriculares de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, 2013, 6.

²⁰ FUNDAÇÃO SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Metas Curriculares de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, 2013, 6.

²¹ FUNDAÇÃO SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Metas Curriculares de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, 2013, 6.

²² FUNDAÇÃO SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Metas Curriculares de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, 2013, 6.

conteúdos específicos do tema de cada Unidade Letiva”²³. Neste sentido e como já anteriormente foi referido, tornou-se necessário rever parcialmente o programa, a fim de corresponder às indicações do Ministério da Educação e Ciência, não só eliminando as Competências²⁴, mas também realizando a estruturação dos conteúdos indicados para cada Unidade Letiva em objetivos de aprendizagem, o mesmo é dizer, objetivos programáticos de Unidade Letiva. Ao termos presente a edição de 2007 do Programa da disciplina onde as competências específicas se articularam com os conteúdos através de uma operacionalização de competências, esta revisão parcial “parte dos Conteúdos indicados e, à luz das Metas Curriculares definidas, sugere os Objetivos Programáticos necessários à aquisição dos referidos Conteúdos”²⁵. Portanto, a definição das Metas e a redação dos Objetivos tem como propósito “a aquisição de competências/capacidades diversas, estruturadas pelos Domínios definidos: de natureza essencialmente intelectual (Domínios da RELIGIÃO E EXPERIÊNCIA RELIGIOSA e da CULTURA CRISTÃ E VISÃO CRISTÃ DA VIDA) e centrados no desenvolvimento social e moral, isto é, na aquisição de competências que facilitem e permitem um maduro agir moral (Domínio da ÉTICA E MORAL)”²⁶. Por fim, salienta-se que ainda se procurou criar um fio condutor de ligação entre as várias unidades letivas (algo que na versão de 2007 não existia, pois surgiam totalmente independentes sem qualquer articulação temática, quer em cada ciclo de ensino, quer na transição de ciclos). Surge então, a edição revista do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica de 2007, apresentada em 2013.

²³ FUNDAÇÃO SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Metas Curriculares de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, 2013, 6.

²⁴ “c) Os programas existentes e os seus auxiliares constituem documentos orientadores do ensino, mas as referências que neles se encontram a conceitos do documento Currículo Nacional do Ensino Básico — Competências Essenciais deixam de ser interpretados à luz do que nele é exposto;” Cf. Despacho n.º 17169/2011, in *Diário da República*, 2.ª série — N.º 245 — 23 de Dezembro de 2011, 50080.

²⁵ FUNDAÇÃO SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Metas Curriculares de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, 2013, 6.

²⁶ FUNDAÇÃO SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Metas Curriculares de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, 2013, 6.

1º Ciclo

1º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
UL1: Ter um Coração Bom	UL1: Ser Amigo	UL1: A Dignidade das Crianças	UL1: Ser Verdadeiro
UL2: Jesus nasceu!	UL2: A Mãe de Jesus	UL2: Ser Solidário	UL2: Crescer na Diversidade
UL3: Crescer em Família	UL3: A Páscoa dos cristãos	UL3: Diálogo com Deus	UL3: O Perdão
UL4: Cuidar da Natureza	UL4: Deus é Amor	UL4: A Igreja	UL4: A Bíblia

2º Ciclo

5º Ano	6.º Ano
UL1: Viver juntos	UL1: A Pessoa Humana
UL2: Advento e Natal	UL2: Jesus, um Homem para os outros
UL3: A Família, Comunidade de Amor	UL3: A partilha do Pão
UL4: Construir a Fraternidade	

3º Ciclo

7º Ano	8.º Ano	9.º Ano
UL1: As origens	UL1: O Amor Humano	UL1: A Dignidade da Vida Humana
UL2: As Religiões	UL2: O Ecumenismo	UL2: Deus, o grande Mistério
UL3: Riqueza e sentido dos Afetos	UL3: A Liberdade	UL3: Projeto de Vida
UL4: A Paz universal	UL4: Ecologia e Valores	

No ensino secundário não houve alterações nas Unidade Letivas; dadas as necessidades educativas dos alunos, os conteúdos já adquiridos e as capacidades desenvolvidas nos nove níveis de Escolaridade do Ensino Básico, com “as estratégias pedagógicas utilizadas habitualmente pelos docentes deste Ciclo de Ensino e a lógica

editorial seguida pelos Manuais produzidos para a lecionação do Programa na edição de 2007, decidiu-se manter todas as Unidades Letivas e fornecer aos docentes uma leitura dos muito ricos conteúdos apresentados de tal modo que possam definir-se os Objetivos Programáticos necessários à aprendizagem dos conteúdos e de modo que estes possam articular-se melhor entre si e com as Metas Curriculares definidas para a disciplina”²⁷. Por fim, e nesta revisão parcial do programa, concluiu-se que a articulação dos conteúdos aponta para uma hierarquização e clarificação concetual dos mesmos e um maior rigor na sua aprendizagem. Poderá, então, originar alteração da ordem e até a eliminação de conteúdos repetitivos, circunstanciais ou periféricos, tendo em conta o tema a tratar e podendo, inclusive, acrescentar algum conteúdo de natureza conceptual que favoreça a coerência científica (teológica e das ciências da religião) do desenvolvimento da Unidade Letiva. Procurou-se, ainda, “garantir a exata distinção dos temas e aprendizagens a garantir com cada Unidade Letiva, por vezes insuficientemente circunscritos, especificados e identificados”²⁸. Por fim, reforçou-se as aprendizagens que envolvem a aquisição de “capacidades relativas ao estudo e interpretação do texto bíblico sempre que estas se consideraram insuficientes e/ou esporádicas uma vez que se considera não só um conhecimento transversal como potenciador da autonomização progressiva dos alunos na sua investigação e aprendizagem sobre o moral e o religioso”²⁹. Ora, é neste sentido, que pretendemos focalizar a nossa atenção para a importância do domínio das capacidades de estudo e interpretação dos textos bíblicos, reiterando a transversalidade destes conhecimentos na formação dos alunos quanto à educação moral e religiosa. No anexo 1

²⁷ FUNDAÇÃO SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Metas Curriculares de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, 2013, 9.

²⁸ FUNDAÇÃO SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Metas Curriculares de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, 2013, 9.

²⁹ FUNDAÇÃO SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Metas Curriculares de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, 2013, 9.

apresentamos o quadro sobre os domínios de aprendizagem segundo as finalidades definidas onde, se evidenciam as finalidades, domínios e metas que estão estabelecidas para este efeito.

CAPITULO II – A BÍBLIA - DEFINIÇÃO E INTERPRETAÇÃO

Neste segundo capítulo pretendemos fazer uma breve abordagem sobre a definição e interpretação da Bíblia. Nela “Deus revela-Se e dá-Se ao homem. E fá-lo revelando o seu mistério, o desígnio benevolente que, desde toda a eternidade, estabeleceu em Cristo, em favor de todos os homens. Revela plenamente o seu desígnio, enviando o seu Filho bem-amado, nosso Senhor Jesus Cristo, e o Espírito Santo”³⁰. Assim, “apesar de a Revelação já estar completa, ainda não está plenamente explicitada”³¹. É neste sentido, que ao professor de Educação Moral e Religiosa Católica é exigido um conhecimento profundo da Revelação de Deus ao ser humano.

1. Definição de Bíblia

A Bíblia é a Palavra de Deus.³² Uma definição básica, mas que, para o crente, nela encerra a essência do seu sentido. Ao longo dos tempos, mantendo esta mesma definição, encontramos ainda um conjunto de noções que foram evoluindo até aos dias de hoje. Inicialmente, definíamos “a Bíblia como uma coleção de escritos ou livros, de maior ou menor – ou até mínima – extensão, que, inspirados pelo Espírito, têm Deus por autor e, como tais, foram entregues à Igreja como normativos das suas crenças e da sua práxis”³³. Sem a negar, hoje, observamo-la de uma forma mais funcional.

“A Bíblia é uma coleção de livros muito diversos – pela sua extensão, pelo seu género literário, pelos seus temas e conteúdos, pelos seus estilos, datas e autores – que narram, interpretando-as ao mesmo tempo, as

³⁰ *Catecismo da Igreja Católica*, 50, Gráfica de Coimbra, 1999.

³¹ *Catecismo da Igreja Católica*, 66, Gráfica de Coimbra, 1999.

³² “Nós vimos-la, damos testemunho dela e vos anunciamos esta vida eterna que estava no Pai e nos foi manifestada – o que vimos e ouvimos, isso vos anunciamos para que tenhais comunhão connosco” (1Jo 1,2-3).

³³ Guilherme DORADO, *A Bíblia hoje*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto, 1984, 17.

intervenções de Deus na história humana, concretamente do povo de Israel, e as Suas promessas – culminando umas e outras em Cristo -, para a promoção soteriológica (salvadora) da humanidade”³⁴.

Por outro lado, salientava-se a transcendência metafísica da Bíblia e agora destaca-se a importância do seu carácter histórico. Onde anteriormente prevaleciam as verdades dogmáticas, hoje realçam-se os seus feitos salvíficos. Antes, evidenciava-se a sua origem divina, atualmente salienta-se as suas dimensões humanas. Por outro lado, acentuava-se a unidade total das Escrituras contrapondo presentemente o seu variado *pluralismo*³⁵, dentro de uma unidade elementar. Ressalva-se ainda, que antes a Bíblia foi considerada o *livro da revelação*³⁶, entendendo-se por «revelação» “uma série de «verdades», de fórmulas doutrinárias, componentes do corpo de dogmas, crenças e normas de comportamento e uma série de oráculos sobre o Messias futuro, a sua obra redentora e a sua Igreja”³⁷. Hoje também se considera a Bíblia como um livro de revelação pessoal de Deus ao ser humano, “da sua automanifestação ao longo da história, através dos acontecimentos e palavras de salvação, que culminaram no facto de Jesus Cristo, «Palavra» suprema e definitiva do Pai e

³⁴ Guilherme DORADO, *A Bíblia hoje*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto, 1984, 17.

³⁵ “Pluralismo não só pelos seus múltiplos géneros, mas também pela multiplicidade de autores – mãos e bocas - que intervieram na sua composição. Há cinquenta anos, para nós, cada livro tinha o seu autor unitário. Hoje consta que os autores dos Livros Sagrados são mais numerosos do que pode dar a entender a sua atribuição nominal: até 10 autores diferentes no Pentateuco, mais de cinco em *Is.*, mais de oito nos *Salmos*, uma «escola» em *Mt.*, outra em *Jo.*, além do primeiro núcleo básico.” Guilherme DORADO, *A Bíblia hoje*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto, 1984, 18.

³⁶ “Deus dispôs amorosamente que permanecesse íntegro e fosse transmitido a todas as gerações tudo quanto tinha revelado para salvação de todos os povos. Por isso, Cristo Senhor, em quem toda a revelação do Deus altíssimo se consuma (Cf. 2 Cor. 1,20; 3,16-4,6), mandou aos Apóstolos que pregassem a todos, como fonte de toda a verdade salutar e de toda a disciplina de costumes, o Evangelho prometido antes pelos profetas e por Ele cumprido e promulgado pessoalmente, comunicando-lhes assim os dons divinos. Isto foi realizado com fidelidade, tanto pelos Apóstolos que, na sua pregação oral, exemplos e instituições, transmitiram aquilo que tinham recebido dos lábios, trato e obras de Cristo, e o que tinham aprendido por inspiração do Espírito Santo, como por aqueles Apóstolos e varões apostólicos que, sob a inspiração do mesmo Espírito Santo, escreveram a mensagem da salvação”. II CONCÍLIO VATICANO, *Constituição dogmática sobre a Revelação Divina* (DEI VERBUM), nº 7.

³⁷ Guilherme DORADO, *A Bíblia hoje*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto, 1984, 18.

imagem de Deus (Jo 1,1-14; Col 1,15; Heb 1,1s.)”³⁸. Assim, podemos olhar para a Bíblia como o lugar da história do diálogo de Deus com a humanidade, nas mais diversas formas que a conduzem à sua salvação. “A manifestação de Deus é progressiva e ao mesmo tempo ascensional; linear e em espiral”³⁹. Apresenta-se assim uma breve definição de Bíblia como Palavra de Deus.

2. Inspiração e “Verdade” da Bíblia

A problemática da Inspiração e da Verdade da Sagrada Escritura foi sempre objeto de profundo estudo, no entanto apenas pretendo salientar os pontos fundamentais saídos do Concílio Vaticano II, mais propriamente através da Constituição Dogmática *Dei Verbum*.

“A verdade divinamente revelada, que os livros da Sagrada Escritura contêm e apresentam, foi registada neles sob inspiração do Espírito Santo. Com efeito a santa Mãe Igreja, segundo a fé apostólica, considera como sagrados e canónicos os livros completos do Antigo e do Novo Testamento com todas as suas partes; porque, escritos por inspiração do Espírito Santo, têm Deus por autor, e como tais foram confiados à própria Igreja”⁴⁰.

2.1. *Que significado tem a inspiração bíblica, hoje?*

Deus é o autor da Bíblia.⁴¹ Esta afirmação foi alvo de uma grande discussão ao longo da história da Igreja. Mas há que salientar que a crença na inspiração divina da Bíblia tem sido aceite desde os inícios da Igreja e foi tornado dogma a partir do Concílio Vaticano I (1869-1870). A explicação do facto inspirativo e dos seus efeitos e consequências é que foi claramente e amplamente discutido. O Concílio Vaticano II (1962-

³⁸ Guilherme DORADO, *A Bíblia hoje*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto, 1984, 18.

³⁹ Guilherme DORADO, *A Bíblia hoje*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto, 1984, 18.

⁴⁰ II CONCILIO VATICANO, *Constituição dogmática sobre a Revelação Divina (DEI VERBUM)*, nº 11.

⁴¹ *Catecismo da Igreja Católica*, 105, Gráfica de Coimbra, 1999.

1965) veio repetir a singularidade da Bíblia como Palavra de Deus⁴², pois esta é escrita por “inspiração do Espírito Santo”⁴³. A originalidade principal do Concílio consistiu em levar a cabo um trabalho de discernimento entre o essencial da Inspiração e o que é de livre discussão nas escolas teológicas. A Constituição Dogmática *Dei Verbum* voltou a centrar o dogma da inspiração dentro do tema geral da revelação. Este documento põe fim à moda apologética que havia feito da inspiração um carisma para eliminar o erro. O interesse pela simplificação e volta do essencial aparece como o modo de descrever tanto a ação divina inspiradora como a colaboração humana do autor sagrado. “As coisas reveladas por Deus, contidas e manifestadas na Sagrada Escritura, foram escritas por inspiração do Espírito Santo. (...) Deus escolheu e serviu-se de homens na posse das suas faculdades e capacidades, para que, agindo Ele neles e por eles, pusessem por escrito, como verdadeiros autores, tudo aquilo e só aquilo que Ele queria”⁴⁴.

A reflexão teológica atribuiu a ação inspiradora quase exclusivamente à pessoa do Espírito Santo e explicou essa sua intervenção como uma irrupção externa do Sopro de Deus no inspirado, a qual produz uma elevação das potências humanas que capacitam para perceber o divino. Aprofundando um pouco mais, podemos dizer que cada faculdade humana recebe a força do Espírito segundo a sua própria natureza. Assim, no entendimento produz efeito de iluminação e conhecimento sobrenatural; na vontade, sentimentos e impulsos para decidir; na imaginação, visões e representações; nas faculdades de realização prática, capacidade para levar a cabo as decisões de entendimento e vontade. Desta maneira, os teólogos, discorrendo sobre as analogias da inspiração, encontram o

⁴² «“Sagrada Escritura é Palavra de Deus enquanto consignada por escrito sob a inspiração do Espírito Santo”. É qualificada sobretudo com dois nomes: Escritura (sagrada) e Bíblia, títulos por si já significativos, como sendo o Texto e o Livro por excelência, com uma difusão que supera os confins da Igreja.» SÍNODO DOS BISPOS, *A Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja*, 2007, Vaticano, 15.

⁴³ II CONCÍLIO VATICANO, *Constituição dogmática sobre a Revelação Divina (DEI VERBUM)*, nº 9.

⁴⁴ II CONCÍLIO VATICANO, *Constituição dogmática sobre a Revelação Divina (DEI VERBUM)*, nº 11.

fundamento de todo o processo da ação única do Espírito Santo, diversificada segundo as distintas ações das faculdades humanas. Esta é a teologia da apropriação da inspiração da pessoa do Espírito Santo, cuja intervenção consiste em produzir a obra literária em que se encarna a Palavra de Deus.⁴⁵

2.2. *Verdade*

A Bíblia não tem erro.⁴⁶ Esta afirmação sempre foi uma constante na tradição judaica cristã, nomeadamente na literatura patrística.⁴⁷ Isto consubstancia-se na afirmação: o que Deus verdadeiro comunica na Escritura só pode ser verdadeiro. Podemos ainda afirmar que: “Tudo quanto o hagiógrafo afirma por sua conta, e no sentido em que o afirma, é afirmação de Deus, sem erro possível”⁴⁸.

A verdade da Bíblia é um problema de canonicidade, seja porque resulta da unidade global do Antigo e do Novo testamento, seja porque «cânone» no seu sentido primeiro foi entendido pela Igreja como “regra de verdade” para a comunidade cristã, isto é, enquanto inspirado por Deus. Importa ressaltar que a descoberta da verdade da Bíblia é uma tarefa hermenêutica enquanto arte de compreender as expressões da vida e da fé de um povo, feita memória no texto literário, em que cristalizou a Verdade/Palavra de Deus para ontem e hoje.⁴⁹

⁴⁵ Cf. António ARTOLA, *Bíblia y Palavra de Dios*, Editorial Verbo Divino, Estella, 1989, 190-191.

⁴⁶ “E assim, como tudo quanto afirmam os autores inspirados ou hagiógrafos deve ser tido como afirmado pelo Espírito Santo, por isso mesmo se deve acreditar que os livros da Escritura ensinam com certeza, fielmente e sem erro a verdade que Deus, para nossa salvação, quis que fosse consignada nas sagradas Letras.”, II CONCILIO VATICANO, *Constituição dogmática sobre a Revelação Divina* (DEI VERBUM), nº 11.

⁴⁷ Cf. S. Agostinho, *De Genesi ad Litteram*, 2, 9, 20: PL 34, 270-271; CSEL 28, 1, 46-47 e Epist. 82, 3: PL 33, 277; CSEL 34, 2, p. 354. - S. Tomás, *De Ver.* q. 12, a. 2 c. - Conc. de Trento, Decr. *De canonicis Scripturis*: Denz. 783 (1501).

⁴⁸ Guilherme DORADO, *A Bíblia hoje*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto, 1984, 22.

⁴⁹ Cf. Armindo dos Santos VAZ, *Palavra Viva, Escritura Poderosa*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2013, 54.

Ao analisarmos os textos bíblicos encontramos afirmações que, à luz dos conhecimentos adquiridos pelas ciências modernas, poderemos rotulá-las de erróneas. Exemplificando, quando olhamos para o texto da criação do mundo o comum leitor teria dificuldade em explicar a verdade neste texto. Esta dificuldade foi encontrando solução mais ou menos resoluto na distinção entre o que o hagiógrafo «afirma», isto é, assegura propositadamente, e o que afirma como referência (relata), isto é, entre a afirmação ponderada e a afirmação simplesmente gramatical do escritor.

Assim, poderemos arguir que o hagiógrafo não procurava fazer ensinamentos científicos, cronológicos, geográficos e muito menos históricos, mas antes em testemunhar a acção de Deus na história humana e da resposta do ser humano (de modo concreto, o povo de Israel) a Deus. Mas, mesmo assim, nem todas as afirmações que continham intenção docente, limitando-se esta à “verdade de salvação que Deus quis consignar nas Sagradas Escrituras para nossa salvação”⁵⁰.

A Bíblia é, de uma forma sintética, “«Palavra de Deus» (sempre presente e actual) em «palavras de homens» (condição histórica)”⁵¹.

3. Introdução ao estudo e interpretação da Bíblia

“Compreendes, verdadeiramente, o que estás a ler?” (Act 8,30)

A interpretação dos textos bíblicos continua, nos dias de hoje, a suscitar um extraordinário interesse e tem criado constantes e profundas discussões. A problemática actual centra-se na interpretação da Bíblia que apresenta em si muitas dificuldades, pois encontramos textos de uma clareza pura e simples, mas também encontramos textos que

⁵⁰ II CONCILIO VATICANO, *Constituição dogmática sobre a Revelação Divina* (DEI VERBUM), nº 11

⁵¹ Guilherme DORADO, *A Bíblia hoje*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto, 1984, 24.

comportam passagens de complexa interpretação.⁵² Por isso, torna-se necessário que o leitor tenha a capacidade e os instrumentos para estudar a Bíblia, pois “tende presente que ninguém pode interpretar por si mesmo uma profecia da Escritura” (2Pe 1,20) e observe-se que, por exemplo, nas Cartas de Paulo “há nelas alguns temas difíceis, que os ignorantes e pouco firmes deturpam - como fazem às restantes Escrituras - para a sua própria perdição” (2Pe 3,16).

Por outro lado, não podemos descurar que as questões e interpretação da Bíblia tornaram-se mais complexas dada a evolução das ciências humanas. Assim, os métodos científicos foram evoluindo no estudo dos textos da antiguidade e levanta-se a questão da pertinência da aplicação destes métodos aos textos bíblicos. A Igreja manteve sempre uma prudência muito peculiar ao longo dos tempos mas, foi-se abrindo de forma positiva através de alguns documentos importantes como a encíclica *Providentissimus Deus* de Leão XIII (18 de Novembro de 1893) até à encíclica *Divino afflante Spiritu* de Pio X (30 de Setembro 1943), que se confirma na declaração de *Sancta Mater Ecclesia* (21 de abril de 1964) da Comissão Pontifícia Bíblica e não podemos deixar de referir a Constituição dogmática *Dei Verbum* do Concílio Vaticano II (18 de Novembro de 1965).⁵³

4. A exegese bíblica

4.1. O método histórico-critico

“O método histórico-critico é o método indispensável para o estudo científico do sentido dos textos antigos”⁵⁴.

⁵² “Filipe, acorrendo, ouviu o etíope a ler o profeta Isaías e perguntou-lhe: «Compreendes, verdadeiramente, o que estás a ler?» Respondeu ele: «E como poderei compreender, sem alguém que me oriente?» E convidou Filipe a subir e a sentar-se junto dele.” (Act 8, 30-31).

⁵³ Cf. COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 31-33.

⁵⁴ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 36.

Se a Bíblia é Palavra de Deus escrita em palavra humana e para o ser humano, torna-se necessário compreender a sua linguagem através de técnicas literárias implementadas noutros livros do passado.

No entanto, a compreensão dos escritos antigos em línguas estranhas ao nosso quotidiano não pode deixar de ter um ponto de partida, que é a linguística.⁵⁵ Desde sempre o estudo dessas mesmas línguas é filológico⁵⁶ e histórico. Este estudo era orientado para perceber o significado das palavras bíblicas em si e também na sua origem semântica (diacronia) bíblica e extra bíblica, tendo em conta o contexto socio-religioso, para assim determinar o seu sentido exato no autor e no texto. Torna-se necessário ter atenção que cada autor deve ser estudado em função de si mesmo, relevando o seu ambiente histórico-literário e nunca interpretando levianamente as expressões e palavras à luz das conceções atuais. Para o exegeta torna-se necessário o domínio das línguas antigas, para, ao estudar os textos originais, poder obter uma informação mais fidedigna e mais autêntica.

⁵⁵ A morfologia, a sintaxe e o léxico (etimologia e semântico) da língua em causa e no próprio momento em que foi escrito.

⁵⁶ Termo de origem grega (*philos* que significa gosto, amor e *logos*, palavra) que designa o estudo das línguas, ou de uma língua, especificamente, numa perspetiva de história literária e gramatical. A filologia estende-se à linguística, à antropologia cultural e à literatura. Em linguística, filologia é o estudo científico das relações e da história das línguas, baseado particularmente na análise dos textos. Em antropologia cultural, filologia realiza o estudo e análise de textos antigos, procurando compreender, especificamente, uma época histórico-cultural ou um povo. Em literatura, o termo designa não só o estudo geral da literatura, como também o estudo crítico dos textos literários. As principais áreas de estudo da filologia são a paleografia, a codicologia, a manuscriptologia e a bibliografia material. Apesar destas disciplinas funcionarem de forma independente, é a sua combinatória que permite conhecer, com mais qualidade científica, a criação e transmissão de textos originais. A filologia surge, no século III a. C., com um grupo de gramáticos, como Aristófanes de Bizâncio, Aristarco, Zenódoto da escola helenística da Alexandria, que procuravam interpretar e recuperar criticamente o texto original de vários poetas gregos, sobretudo, de Homero. A partir do século II a. C., Roma contacta com essas metodologias e, entre os séculos VIII e XII, com a chegada do Cristianismo, os filólogos bizantinos começam a dar mais importância ao conhecimento da génese dos textos bíblicos em detrimento dos textos clássicos. No século XV, com a chegada dos filólogos bizantinos a Itália, aparecem as primeiras edições de textos gregos e latinos e, no século XVI, surgem as primeiras edições com critérios científicos sobre os manuscritos originais, dando assim origem à moderna metodologia de investigação filológica. No século XIX e XX, a filologia foi cultivada por grandes filólogos como Vinton A. Dearing, Joseph Bédier, Georges Dumézil, Noah Webster, Ramón Pidal, António Houaiss e, em Portugal, por Cunha Rivara, Augusto Soromenho, Francisco Adolfo Coelho, Rodrigues Lapa e Herculano de Carvalho. filologia. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 2014-05-02].Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$filologia](http://www.infopedia.pt/$filologia)>.

O meio ambiente em que o texto bíblico foi escrito é importante, pois o conhecimento do meio ambiente religioso, sociocultural e político ajuda o exegeta a situar o texto no seu meio, isto é, aquilo que normalmente se designa por “crítica histórica”. Assim, a exegese histórico-crítica contextualiza o caráter histórico da mensagem bíblica, dirigida a um povo concreto, num ambiente próprio.

Salienta-se, também, a importância do contexto literário em que o texto foi escrito. Define-se o carácter literário através dos géneros literários⁵⁷ que ajudam a sistematizar as particularidades e alcance do texto. Assim, numa opinião generalizada encontramos sete grandes géneros literários que se nos apresentam na Bíblia: «a narrativa, a lei, a profecia, a lírica, a sabedoria, a apocalítica, a epistolografia. No entanto ainda pode-se considerar o evangelho e o kerigma. Cada um desses géneros abrange várias formas e sub-formas; por exemplo: no género profético encontramos o oráculo, o sermão, a sentença profética, a sentença gnómica (dito sentencioso), a exortação, o canto lírico, o rib ou requisitório (de Deus contra o Seu povo), a lamentação, a cominação»⁵⁸.

Encontrado o género literário, o passo seguinte é a investigação da fonte e origem do texto, isto é, realizar a crítica literária em sentido estrito. Esta tarefa implica descobrir se determinado autor, através do texto produzido, nos mostra originalidade, fruto da sua invenção ou experiência ou se tem alguma semelhança com a forma ou formas preexistentes. Num sentido mais amplo, a crítica literária faz-nos discernir as

⁵⁷ “Por género literário entendemos a modalidade de expressão literária de expressão literária enquanto relacionada com a intencionalidade global de quem escreve ou fala, de harmonia com o uso, que a fez, mais ou menos total ou parcialmente, própria e exclusiva para esse fim.” – Guilherme DORADO, *A Bíblia hoje*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto, 1984, 30.

⁵⁸ Para um maior aprofundamento sobre as dificuldades que surgiram de interpretação dos textos bíblicos através da análise dos géneros literários deve consultar: Guilherme DORADO, *A Bíblia hoje*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto, 1984, 31-36.

particularidades linguísticas e estilísticas, por forma a “esclarecer as peripécias da composição de cada livro e solucionar o problema da paternidade do autor”⁵⁹.

Também Hermann Gunkel procurou definir o género de cada texto e o seu ambiente de origem, vulgarmente designado por “Sitz im Leben”. Esta pesquisa assemelha-se ao “estudo crítico das formas” («Formgeschichte») inaugurada na exegese dos sinóticos por Martin Dibelius e Rudolf Bultman.⁶⁰ A convergência do estudo crítico das formas «Formgeschichte» com o estudo crítico da redação «Redaktionsgeschichte» ajudou a completar o método histórico-crítico.⁶¹

Portanto, tornou-se possível um entendimento mais objetivo da intenção da Bíblia e dos autores e redatores da Bíblia, assim como da mensagem que eles dirigiram aos primeiros destinatários. O método histórico-crítico adquiriu então uma importância de primeiro plano.⁶²

4.2. *Outros métodos e abordagens para interpretação da Bíblia*

Nenhum método científico para o estudo da Bíblia está à altura de corresponder à riqueza total dos textos bíblicos. Apesar da importância do método histórico-crítico, este é

⁵⁹ Heinrich ZIMMERMANN – *Los métodos histórico-críticos en el Nuevo Testamento*, BAC, Madrid, 1996, 81.

⁶⁰ Cf. COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 39.

⁶¹ “A alta crítica distingue, na história de cada forma, a sua origem e o núcleo primitivo, a sua transmissão ou evolução (possíveis variantes e aditamentos) e a sua redação (forma definitiva no escrito canónico). Pretende-se encontrar o ponto de arranque e a sua motivação “Sitz im Leben”, seguindo as linhas de vicissitudes eventuais sofridas pelo texto, com os seus contatos e influências bíblicas e/ou extrabíblicas, iluminando assim tanto o seu «íter» literário, como possível evolução das crenças e/ou comportamentos). Nestas operações, a Bíblia e os seus livros são esmiuçados em expressões, frases e perícopes soltas, baseando-se nas fontes e sucessivas formas que foram apresentando os diversos escritos. É trabalho dos críticos literários-históricos e dos exegetas chamados «científicos». O texto definitivos – que figura nas nossas Bíblias – é, para a Igreja e para os fiéis, o inspirado pelo Espírito, objeto certo da nossa leitura e reflexão, do nosso estudo e veneração, como «palavra de Deus.» Guilherme DORADO, *A Bíblia hoje*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto, 1984, 37.

⁶² Para um conhecimento mais aprofundado dos princípios, descrição e avaliação do método histórico-crítico deve consultar da COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 40-45.

manifestamente insuficiente pois encontramos ainda um conjunto de aspetos menos claros sobre os escritos bíblicos. Assim, expor-se-á, de uma forma sumária, alguns métodos complementares de análise literária e algumas abordagens que se encontram ligadas com o estudo da tradição, com as ciências humanas e outras, como, ainda, com situações contemporâneas particulares. Dados os progressos realizados pelos estudos linguísticos e literários, a exegese bíblica usa mais métodos de análise literária, nomeadamente a análise retórica, narrativa e a semiótica.

4.2.1. Análise retórica

A análise retórica não é em si um método novo, mas a sua utilização sistemática para a interpretação da Bíblia e o nascimento e desenvolvimento da “nova retórica” torna-a novidade. Então podemos definir a retórica como “a arte de compor discursos persuasivos”⁶³. Dado que todos os textos bíblicos são, de certa forma, textos persuasivos, o conhecimento da retórica torna-se um instrumento importante para o exegeta. Muitos estudos bíblicos recentes demonstraram a importância da análise retórica da Bíblia. Neste sentido, podemos distinguir três abordagens diferentes: a retórica clássica (greco-latina); os procedimentos semíticos de composição; a «nova retórica». Mas devemos ter presente que toda a situação de discurso sustenta três elementos: o orador, o discurso e o auditório.

A retórica clássica acresce ainda três fatores de persuasão que determinam a qualidade do discurso, a saber: a autoridade do orador, a argumentação e as emoções que suscita no auditório. Por fim, admite ainda a distinção de três géneros de eloquência: o judiciário (que diz respeito ao justo e à argumentação perante os juízes), o deliberativo (que diz respeito ao útil e ao meios para obter a adesão das assembleias políticas) e o

⁶³ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 46.

epidíctico (que é o discurso apologético, exortativo, de elogio, de censura, sobre o belo ou o disforme).⁶⁴ Conseguimos facilmente detetar a influência helenística nos textos bíblicos, nomeadamente no Novo Testamento⁶⁵ e assim a utilização da retórica clássica ajuda os exegetas a analisar melhor certos aspetos desses textos.⁶⁶

Outros exegetas focalizam-se nos traços específicos da tradição literária bíblica, que enraizada na cultura semítica revela claras composições simétricas que estabelecem relações entre os diversos elementos do texto. Assim, “o estudo das múltiplas formas de paralelismo e de outros procedimentos semíticos de composição deve permitir um melhor discernimento da estrutura literária dos textos e assim chegar a uma maior compreensão da sua mensagem”⁶⁷.

A «nova retórica» surge com o intuito de procurar o porquê do uso de uma linguagem específica ser eficaz e chegar a comunicar uma convicção. Ela “estuda o estilo e a composição enquanto meios para exercer uma ação sobre o auditório”⁶⁸. Inclui os contributos da linguística, da semiótica, da antropologia e da sociologia. Empregada no estudo dos textos bíblicos, a «nova retórica» pretende entrar no âmago da linguagem da revelação, enquanto expressão persuasiva, e situar o seu impacto no contexto social da comunicação.⁶⁹ A Bíblia revela uma mensagem que comporta um dinamismo de

⁶⁴ Cf. Rui Alexandre GRÁCIO, *Racionalidade argumentativa*, Coleção Argumentos, Edições ASA, 1993, 71.

⁶⁵ “A cultura judaica influenciadora do novo Testamento encontrava-se, nesta fase da História, bastante contaminada pela cultura helenística.”, Paula Barata DIAS, *A retórica clássica e a homilética cristã*, in *A retórica greco-latina e a sua perenidade*, Actas do congresso, vol II, Instituto de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, coordenador José Ribeiro FERREIRA, Fundação Eng. António de Almeida, 2000, 613-629, 616.

⁶⁶ Cf. COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 46-47.

⁶⁷ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 48.

⁶⁸ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 48.

⁶⁹ “O objetivo de toda a argumentação é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos (auditório), às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou,

argumentação e uma estratégia retórica. No entanto, ressalve-se que as análises retóricas têm limites. Quando se tornam sincrônicas, não constituem um método independente e autossuficiente. Por isso, não deve ser usada sem critério.⁷⁰

4.2.2. Análise narrativa

“A exegese narrativa propõe um método de compreensão e de comunicação da mensagem bíblica que corresponde à forma de relato e de testemunho, modalidade fundamental da comunicação entre pessoas humanas, característica também da Sagrada Escritura”⁷¹.

São numerosos os métodos de análise que existem atualmente, onde importa referir aqueles que, à luz de um estudo atual, encontram pontos comuns com a semiótica. A análise narrativa estuda a forma como a história é contada, por forma a envolver o leitor no «mundo do relato» e o seu sistema de valores. Neste sentido, dá um novo alcance dos textos.

“Enquanto o método histórico-crítico considera antes de tudo o texto como uma «janela», que permite algumas observações sobre uma ou outra época (não apenas sobre os factos narrados, mas também sobre a situação da comunidade para a qual eles foram contados), sublinha-se que o texto funciona igualmente como um «espelho», no sentido de que ele estabelece uma certa imagem do mundo — o «mundo do relato» que exerce sua influência sobre a maneira de ver do leitor e o leva a adotar certos valores invés que outros”⁷².

pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno”, Chaïm PERELMAN, Lucie OLBRECHTS-TYTECA, *Tratado da argumentação: a nova retórica*, Tradução Maria Ermantina Galvão, Martins Fontes, São Paulo, 2005, 50.

⁷⁰ Cf. COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 48-49.

⁷¹ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 50.

⁷² COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 51.

Para a exegese bíblica, esta análise narrativa apresenta uma utilidade evidente pois contribui para compreender a relação entre o sentido do texto no contexto histórico e o alcance para o leitor de hoje. No entanto, não devemos restringir a aplicar estes modelos pré-concebidos. A abordagem sincrónica dos textos pede para ser completada por estudos diacrónicos. Numa última abordagem a esta análise “não se pode considerar a eficácia existencial subjetiva da Palavra de Deus, transmitida narrativamente, como um critério suficiente da verdade de sua compreensão”⁷³.

4.2.3. Análise semiótica

Entre os métodos sincrónicos, isto é, o estudo do texto bíblico tal como ele se apresenta ao leitor no seu estado final, surge a análise semiótica que se propõe como o estudo da linguística, que é um sistema de relações que obedece a regras determinadas. A Comissão Pontifícia Bíblica apresenta dentro desta análise o método de Algirda J. Greimas que se concentra em três princípios principais:

“Princípio de imanência: cada texto forma um conjunto de significados: a análise considera todo o texto, mas somente o texto; ela não apela a dados «externos», tais como o autor, os destinatários, os acontecimentos narrados, a história da redação.

Princípio de estrutura do sentido: só há sentido através da relação e no interior dela, especialmente a relação de diferença; a análise de um texto consiste assim em estabelecer a rede de relações (de oposição, de homologação...) entre os elementos, a partir da qual o sentido do texto se constrói.

⁷³ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 53.

Princípio da gramática do texto: cada texto respeita uma gramática, isto é, um certo número de regras ou estruturas; em um conjunto de frases, chamado discurso, há diferentes níveis, tendo cada um a sua gramática.”⁷⁴

Complementando estes princípios e olhando para a globalidade do texto, este pode ser analisado em três níveis diferentes. O nível narrativo; o discursivo e o lógico semântico.

“*O nível narrativo.* Estuda-se, no relato, as transformações que fazem passar do estado inicial ao estado terminal. No interior de um percurso narrativo, a análise procura retrair as diversas fases, logicamente ligadas entre elas, que marcam a transformação de um estado em um outro. Em cada uma destas fases, apuram-se as relações entre os «papéis» exercidos por «atuantes» que determinam os estados e produzem as transformações.

O nível discursivo. A análise consiste em três operações: a) a identificação e a classificação das figuras, isto é, dos elementos de significação de um texto (atores, tempos e lugares); b) o estabelecimento dos percursos de cada figura em um texto para determinar a maneira como esse texto o utiliza; c) a procura dos valores temáticos das figuras. Esta última operação consiste em distinguir «em nome do que» (= valor) as figuras seguem, nesse texto determinado, tal percurso.

O nível lógico-semântico. É o nível chamado profundo. Ele é também o mais abstrato. Ele procede do postulado que formas lógicas e significantes são subjacentes às organizações narrativas e discursivas de todo discurso. A análise a esse nível consiste em precisar a lógica que gera as articulações fundamentais dos percursos narrativos e figurativos de um texto. Para isto, um instrumento é muitas vezes empregado, chamado de «quadrado semiótico», figura utilizando as relações entre dois termos «contrários» e dois termos «contraditórios» (por exemplo, branco e negro; branco e não-branco; negro e não-negro)”⁷⁵.

⁷⁴ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 54.

⁷⁵ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 54-55.

Assim, a análise semiótica contribui para uma compreensão da Bíblia, Palavra de Deus expressa em linguagem humana⁷⁶, mas tem os seus limites. É grande o risco de nos restringirmos a um estudo formal do texto sem extrair a mensagem do mesmo.

4.2.4. Abordagens baseadas na Tradição

Apesar dos métodos apresentados se distinguirem do método histórico-crítico, prestando uma maior atenção à unidade interna dos textos estudados, acabam por manifestar uma clara insuficiência na interpretação dos textos bíblicos. A Bíblia não se apresenta com uma junção de textos, mas uma confluência de testemunhos vitais de uma Tradição. Assim, vamos refletir sobre algumas abordagens necessárias para complementar a exegese bíblica. A primeira abordagem é a denominada exegese canônica que tem como intuito interpretar cada texto bíblico à luz do Cânone das Escrituras.⁷⁷ Procura fazer-se a exegese no contexto do “cânon”, ou seja, de todos os livros inspirados que foram recebidos pela comunidade crente como uma unidade normativa. Manifesta-se também contra a “valorização exagerada do que se supõe ser o texto original e primitivo, como se só este fosse o texto autêntico”⁷⁸. Ora, a Escritura inspirada é a que a Igreja sempre tem reconhecido como regra de fé. Nesta interpretação conta, sobretudo, a forma final em que cada um dos livros se encontra dentro do conjunto de todos os outros livros, isto é, no

⁷⁶ “A Bíblia é a Palavra sobre o real, que Deus pronunciou numa história e que ele nos dirige hoje por intermédio de autores humanos.” - COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 56.

⁷⁷ Considera-se o cânone das Escritura (Bíblia) enquanto recebido como norma de fé por uma comunidade de fiéis. Pretende-se “situar cada texto como no interior do único designio de Deus, com o objetivo de chegar a uma atualização da Escritura para o nosso tempo.” COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 58.

⁷⁸ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 58.

cânon. E a comunidade crente é o contexto adequado para a interpretação dos textos canónicos.⁷⁹

Outra abordagem necessária é a que recorre às tradições judaicas de interpretação. O Antigo Testamento foi concluído, na sua forma final, no judaísmo quatro ou cinco séculos antes da era cristã e esse judaísmo foi, também, o ambiente de origem ao Novo Testamento e às primeiras comunidades cristãs. A partir do estudo judaico, os exegetas cristãos procuram utilizar os procedimentos judaicos de exegese para um melhor entendimento da inteligência das Escrituras. Estas tradições “permitem particularmente conhecer melhor a Bíblia judaica dos Setenta, que em seguida tornou-se a primeira parte da Bíblia cristã durante pelo menos os quatro primeiros séculos da Igreja, e no Oriente até nossos dias”⁸⁰.

Neste contexto de abordagens de interpretação, salienta-se a que diz respeito aos efeitos do texto através da história, pois contribui para um diálogo frutífero com a “razão”. A Comissão Pontifícia Bíblica explica que está assente em dois princípios: “a) um texto torna-se uma obra literária somente se ele encontra leitores que lhe dão vida apropriando-se dele; b) essa apropriação do texto, que pode se efetuar de maneira individual ou comunitária e toma forma em diferentes domínios (literário, artístico, teológico, ascético e místico), contribui a fazer compreender melhor o texto em si”⁸¹. A exegese bíblica obtém benefício com esta pesquisa, pois a confrontação com a hermenêutica filosófica que exigia a necessária distância entre a obra e o seu autor, assim como entre a obra e os seus leitores.

⁷⁹ “Mas, como a Sagrada Escritura deve ser lida e interpretada com o mesmo espírito com que foi escrita, não menos atenção se deve dar, na investigação do reto sentido dos textos sagrados, ao contexto e à unidade de toda a Escritura, tendo em conta a Tradição viva de toda a Igreja e a analogia da fé.” – II CONCÍLIO VATICANO, *Constituição dogmática sobre a Revelação Divina* (DEI VERBUM), nº 12.

⁸⁰ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 61.

⁸¹ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 63.

Então, este método consistia “em medir a evolução da interpretação no decorrer do tempo em função das preocupações dos leitores e em avaliar a importância do papel da tradição para iluminar o sentido dos textos bíblicos”⁸². Esta dinâmica provoca um conjunto de reações ao leitor, que emergido num contexto social próprio e situado numa tradição, questionará e interpretará, podendo “criar uma outra obra ou tomar iniciativas que se inspiram diretamente na sua leitura da Escritura”⁸³. Mais ainda, devemos ter atenção em não utilizar este método de forma autónoma, pois poderá criar desvios, nomeadamente em distinguir um ou outro momento da história das realizações de um texto para fazer dele a única regra de interpretação.

4.2.5. Abordagens através das ciências humanas

Se a Palavra de Deus é comunicada em palavra humana na vida de grupos humanos, então encerra em si um conjunto de limites ou condicionalismos próprios da linguagem humana. Então as ciências humanas, e de modo particular a sociologia, a antropologia e a psicologia podem contribuir para uma melhor compreensão de certos aspetos dos textos bíblicos.

Os textos religiosos estão claramente relacionados com o contexto sociológico em que nasceram. Assim “o estudo crítico da Bíblia necessita um conhecimento tão exato quanto possível dos comportamentos sociais que caracterizam os diversos ambientes nos quais as tradições bíblicas se formaram”⁸⁴. Já vimos anteriormente, que importância do ambiente de origem dos textos (*Sitz im Leben*), onde se reconhece que as tradições bíblicas

⁸² COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 63.

⁸³ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 63.

⁸⁴ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 65.

estão profundamente marcadas pelos ambientes socio-culturais que as transmitiram. A abordagem sociológica dá uma abertura maior ao trabalho exegético e comporta muitos aspetos positivos.

“O conhecimento dos dados sociológicos que contribuem a fazer compreender o funcionamento económico, cultural e religioso do mundo bíblico é indispensável à crítica histórica. A tarefa da exegese, de bem compreender o testemunho de fé da Igreja apostólica, não pode ser levada a termo de maneira rigorosa sem uma pesquisa científica que estude os estreitos relacionamentos dos textos do Novo Testamento com a vivência social da Igreja primitiva. A utilização dos modelos fornecidos pela ciência sociológica assegura às pesquisas dos historiadores das épocas bíblicas uma notável capacidade de renovação, mas é preciso, naturalmente, que os modelos sejam modificados em função da realidade estudada”⁸⁵.

No entanto, torna-se necessário apontar alguns riscos que a abordagem sociológica faz correr à exegese. Se, por um lado, o trabalho da sociologia consiste em estudar as sociedades vivas, por outro, é previsível encontrar algumas dificuldades na aplicação dos seus métodos a ambientes históricos muito remotos. “Os textos bíblicos e extra-bíblicos não fornecem forçosamente uma documentação suficiente para dar uma visão de conjunto da sociedade da época. Aliás, o método sociológico tende a dar mais atenção aos aspetos económicos e institucionais da existência humana do que às suas dimensões pessoais e religiosas”⁸⁶.

Uma outra abordagem muito rica é a antropológica. No entanto, a antropologia distingue-se da sociologia, pois orienta-se para o estudo da linguagem, da arte e da religião

⁸⁵ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 67.

⁸⁶ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 67.

assim como nos vestuários, festas, danças, mitos e tudo o que relaciona com a *etnografia*.⁸⁷ Este género de estudos é normalmente utilizado para o estudo das conceções de afinidade no Antigo Testamento, contexto social da mulher na sociedade israelita, a importância dos ritos agrários, entre outros. Também no Novo Testamento, o exemplo das parábolas, onde muitas particularidades podem ser esclarecidas por esta abordagem. “Esta abordagem permite distinguir melhor os elementos permanentes da mensagem bíblica cujo fundamento está na natureza humana, e as determinações contingentes segundo culturas particulares”⁸⁸. Contudo, a antropologia não está à altura de levar em conta as contribuições específicas da revelação.

⁸⁷ Ramo das ciências humanas que tem por objeto o estudo da cultura de uma comunidade ou de algum dos seus aspetos fundamentais. A etnografia trata de todas as atividades de determinado grupo (técnicas materiais, organização laboral e social, crenças religiosas, estruturas de parentesco, sistemas de comunicação), consideradas na sua especificidade, com o objetivo de descrever o mais fielmente possível a sua vida, a fim de se atingir a compreensão global do grupo em questão. Assim, ela compõe monografias desses grupos culturais, a partir de trabalhos de campo, da observação direta e da recolha de factos. A metodologia etnográfica é, pois, basicamente qualitativa e pretende registar as manifestações da realidade, tanto as explícitas como as implícitas. Realizada através da interação entre o observador e o observado, permite construir a história do grupo, as suas crenças, os valores que o regem, as linguagens que adota, etc. Deste modo, a fonte principal do conhecimento obtido por métodos etnográficos são os dados provenientes de situações naturais e não experimentais. Há dois tipos de etnografia: passiva e ativa. A passiva é realizada por iniciativa de etnógrafos, sem que a investigação seja partilhada com os sujeitos observados e descritos. A ativa parte da iniciativa da própria comunidade, sempre que esta pretende fazer de si e da sua cultura um diagnóstico, encomendando, neste caso, esse trabalho a etnógrafos. Assim, enquanto a etnografia passiva não altera em nada a evolução da vida da comunidade, a ativa visa precisamente fazer um balanço da sua vida cultural, com vista a resolver problemas e a enfrentar melhor ou mais eficazmente o futuro. A etnografia está na base da etnologia e da antropologia. Ela constitui a primeira fase da investigação antropológica, conseguida mediante a recolha de dados e a descrição da cultura. "Etnografia, etnologia e antropologia não constituem três disciplinas ou três conceções distintas dos mesmos estudos. Na realidade, elas são três etapas ou momentos de uma mesma investigação e a preferência por um ou outro destes termos significa apenas que a atenção está dirigida de forma predominante para um desses tipos de investigação, mas nunca pode excluir os outros dois" (1968, Lévi-Strauss - Antropología estructural. Buenos Aires: Eudeba). A etnografia, sobretudo, estabelece a relação entre a teoria antropológica e a realidade cultural, ocupando-se não apenas do objetivo (os factos), como também do subjetivo (os problemas), com a intenção de traçar caminhos que conduzam à solução, aplicando assim a teoria à técnica. etnografia. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 2014-05-14]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$etnografia](http://www.infopedia.pt/$etnografia)>.

⁸⁸ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 70.

Por fim, a psicologia e a teologia estiveram sempre em relação. Os estudos da psicologia e da psicanálise “trazem à exegese bíblica um enriquecimento, pois, graças a eles os textos da Bíblia podem ser melhor entendidos enquanto experiências de vida e regras de comportamento. (...) A psicologia e, de outra maneira, a psicanálise deram particularmente uma nova compreensão do símbolo. A linguagem simbólica permite exprimir zonas da experiência religiosa que não são acessíveis ao raciocínio puramente conceptual, mas têm valor para a questão da verdade”⁸⁹. Mais uma vez, esta abordagem torna-se um elemento útil para a exegese, mas neste caso, deve ser ainda mais rigoroso e crítico o uso destes estudos, pois este diálogo deve respeitar as fronteiras de cada disciplina.

4.2.6. Leitura fundamentalista

Não podemos encerrar este breve percurso sobre a exegese dos textos bíblicos sem mencionar uma abordagem que tem trazido à discussão um conjunto de equívocos e desvios. Na exortação apostólica pós-sinodal “*Verbum Domini*” do Papa Bento XVI, é salientada a problemática do Sínodo sobre interpretação fundamentalista da Sagrada Escritura. Apoiando-se no documento da Comissão Pontifícia Bíblica, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, alerta para a particularidade “de leituras que não respeitam o texto sagrado na sua natureza autêntica, promovendo interpretações subjetivistas e arbitrárias”⁹⁰. Considera que a leitura fundamentalista “parte do princípio de que a Bíblia, sendo Palavra de Deus inspirada e isenta de erro, deve ser lida e interpretada literalmente em todos os seus detalhes. Mas, por «interpretação literal» ela entende uma interpretação primária,

⁸⁹ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 70-71.

⁹⁰ BENTO XVI, *Exortação Apostólica Pós-sinodal “VERBUM DOMINI”*, Libreria Editrice Vaticana, 2010, 78.

literalista, isto é, excluindo todo esforço de compreensão da Bíblia que leve em conta seu crescimento histórico e seu desenvolvimento. Ela se opõe assim à utilização do método histórico-crítico, como de qualquer outro método científico, para a interpretação da Escritura”⁹¹. Continua o Santo Padre, que tal leitura “constitui uma traição tanto do sentido literal como do espiritual, abrindo caminho a instrumentalizações de variada natureza, difundindo por exemplo interpretações anti-eclesiais das próprias Escrituras”⁹². O problema da leitura fundamentalista é que recusa olhar para o caráter histórico da revelação bíblica, sendo assim incapaz de “aceitar plenamente a verdade da própria Encarnação”⁹³. Assim, contraria o próprio cristianismo que “divisa *nas* palavras *a* Palavra, o próprio *Logos*, que estende o seu mistério através de tal multiplicidade e da realidade de uma história humana”⁹⁴. Por outro lado, ainda, o fundamentalismo persiste na inerrância dos detalhes dos textos bíblicos, tornando histórico aquilo que não tem pretensão histórica. Tende a ignorar ou até a negar a problemática que o texto bíblico comporta na sua formulação hebraica, aramaica ou grega. A leitura fundamentalista é perigosa e como resposta a esta leitura deve o leitor fazer uma “leitura que procure a verdade salvífica para a vida do indivíduo fiel e para a Igreja. Esta leitura reconhece o valor histórico da tradição bíblica. Precisamente, por este valor de testemunho histórico é que ela quer descobrir o significado vivo das Sagradas Escrituras destinadas também à vida do fiel de hoje, sem ignorar, portanto, a mediação humana do texto inspirado e os seus géneros literários”⁹⁵.

⁹¹ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 80-81.

⁹² Bento XVI, *Exortação Apostólica Pós-sinodal “VERBUM DOMINI”*, Libreria Editrice Vaticana, 2010, 78-79.

⁹³ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 82.

⁹⁴ Cf. BENTO XVI, *Discurso aos homens de cultura no «Collège des Bernardins» de Paris* (12 de Setembro de 2008): AAS 100 (2008), 726.

⁹⁵ Bento XVI, *Exortação Apostólica Pós-sinodal “VERBUM DOMINI”*, Libreria Editrice Vaticana, 2010, 79.

Como conclusão, o trabalho do exegeta deve seguir seriamente o caráter histórico da revelação bíblica, e para isso deve utilizar o método histórico-crítico, mas não atribuindo-lhe, como já foi refletido, exclusividade. “Todos os métodos pertinentes de interpretação dos textos são habilitados a dar sua contribuição à exegese da Bíblia”⁹⁶. Mas não devem esquecer nunca que o que interpretam é Palavra de Deus. “A tarefa comum que têm não está terminada após terem distinguido as fontes, definido as formas ou explicado os procedimentos literários. A finalidade do trabalho deles só é atingida quando tiverem esclarecido o sentido do texto bíblico como palavra atual de Deus. (...) Pelo fato de que a Bíblia exprime uma oferta de salvação apresentada por Deus a todos os homens, a tarefa dos exegetas comporta uma dimensão universal, que requer uma atenção às outras religiões e aos anseios do mundo actual”⁹⁷.

4.3. *Atualidade e atualização*

“É necessário, por isso, que todos os clérigos e sobretudo os sacerdotes de Cristo e outros que, como os diáconos e os catequistas, se consagram legitimamente ao ministério da palavra, mantenham um contacto íntimo com as Escrituras, mediante a leitura assídua e o estudo aturado, a fim de que nenhum deles se torne «pregador vão e superficial da palavra de Deus por não a ouvir de dentro», tendo, como têm, a obrigação de comunicar aos fiéis que lhes estão confiados as grandíssimas riquezas da palavra divina, sobretudo na sagrada Liturgia. Do mesmo modo, o sagrado Concílio exorta com ardor e insistência todos os fiéis, mormente os religiosos, a que aprendam «a sublime ciência de Jesus Cristo» (Fil 3,8) com

⁹⁶ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 123.

⁹⁷ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 123-125.

a leitura frequente das divinas Escrituras, porque «a ignorância das Escrituras é ignorância de Cristo»⁹⁸.

A atualidade de um texto é a relação do seu conteúdo com o leitor presente, enquanto a atualização é a operação que converte o veículo de um diálogo pessoal entre o comunicante que fala e o leitor que escuta. Uma vez que os textos bíblicos pertencem ao passado, é inevitável uma distância temporal e cultural entre os textos e o leitor. Perante essa distância, conseguir que o texto tenha atualidade, é o mesmo que dizer, que seja compreensível para o leitor de hoje e que lhe interesse, é missão também do intérprete da Escritura.⁹⁹ Então, como fazer compreender ao nosso mundo esses textos escritos há tantos séculos e marcados pela impressão histórico-cultural do seu tempo? Pela atualização na releitura. Assim, relê-se o texto antigo, à luz do novo contexto e aplicado à situação presente do Povo de Deus. Partindo deste pressuposto, a atualização continua a ser necessariamente praticada nas comunidades dos fiéis.

4.3.1. Princípios

O leitor deve então, encontrar uma metodologia de releitura para a prática da atualização dos textos bíblicos.

“A atualização é possível, pois a plenitude do sentido do texto bíblico dá-lhe valor para todas as épocas e todas as culturas (cf Is 40,8; 66,18-21; Mt 28,19-20). A mensagem bíblica pode ao mesmo tempo tornar relativos e fecundar os sistemas de valores e as normas de comportamento de cada geração”¹⁰⁰.

⁹⁸ II CONCILIO VATICANO, *Constituição dogmática sobre a Revelação Divina (DEI VERBUM)*, nº 25.

⁹⁹ Cf. António ARTOLA, *Bíblia y Palabra de Dios*, Editorial Verbo Divino, Estella, 1989, 398.

¹⁰⁰ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 138.

A atualização torna-se necessária pois, como já refletido, o texto bíblico foi escrito em determinado contexto sociocultural, limitado por uma linguagem específica e numa determinada época. Para o leitor de hoje “é necessário aplicar a mensagem desses textos às circunstâncias presentes e exprimi-la numa linguagem adaptada à época atual”¹⁰¹. Nesta relação dinâmica, o leitor deve ter sempre presente as relações complexas entre o Novo e o Antigo Testamento, aliada à tradição viva da comunidade de fé. Atualizar não significa manipular os textos. Não se trata de encontrar novas ideologias, “mas de procurar sinceramente a luz que eles contêm para o tempo presente”¹⁰².

“O texto da Bíblia tem autoridade em todos os tempos sobre a Igreja cristã e, se bem que passaram-se séculos desde os tempos de sua composição, ele conserva seu papel de guia privilegiado que não se pode manipular. O Magistério da Igreja «não está acima da Palavra de Deus, mas ele a serve, ensinando somente aquilo que foi transmitido; por mandato de Deus, com a assistência do Espírito Santo, ele a escuta com amor, conserva-a santamente e explica-a com fidelidade» (Dei Verbum, 10)”¹⁰³.

4.3.2. Métodos

Partindo destes princípios, existem vários métodos de atualização. Ao longo da história da exegese sempre verificamos o desenvolvimento contínuo da atualização dos textos bíblicos, mesmo a partir do interior da Bíblia. Hoje, a atualização deve ter em conta a evolução das mentalidades e o progresso dos métodos de interpretação. Esta deve pressupor uma exegese correta do texto, que determina o *sentido literal*¹⁰⁴ do texto, que

¹⁰¹ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 138.

¹⁰² COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 138.

¹⁰³ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 139.

¹⁰⁴ “O sentido literal da Escritura é aquele que foi expresso diretamente pelos autores humanos inspirados. Sendo o fruto da inspiração, este sentido é também desejado por Deus, autor principal. Ele é discernido

deve ser alicerçada por bons guias de leitura. Para uma boa condução da atualização, o método mais seguro e eficaz é o da interpretação da Escritura pela Escritura. Tenha-se também em consideração que a “atualização de um texto bíblico na existência cristã não pode ser feito corretamente sem se colocar em relação com o mistério do Cristo e da Igreja”¹⁰⁵.

O contributo das filosofias hermenêuticas apresenta um passo seguinte, que se alicerça em três etapas: “1) escutar a Palavra a partir da situação presente; 2) discernir os aspetos da situação presente que o texto bíblico ilumina ou coloca em questão; 3) tirar da plenitude de sentido do texto bíblico os elementos suscetíveis de fazer evoluir a situação presente de uma maneira fecunda, conforme à vontade salvífica de Deus no Cristo”¹⁰⁶.

O contributo destes métodos de atualização dos textos bíblicos permite uma maior atenção à mensagem bíblica, como também, possibilita estar atento a “valores cada vez mais reconhecidos pela consciência moderna como os direitos da pessoa, a proteção da vida humana, a preservação da natureza, a aspiração à paz universal”¹⁰⁷.

4.3.3. Limites

Como todo e qualquer método, também a atualização deve respeitar certos limites e evitar possíveis desvios.

graças a uma análise precisa do texto, situado em seu contexto literário e histórico. A tarefa principal da exegese é de bem conduzir esta análise, utilizando todas as possibilidades das pesquisas literárias e históricas, em vista de definir o sentido literal dos textos bíblicos com a maior exatidão possível (cf. *Divino afflante Spiritu*: E. B., 550). Para esta finalidade, o estudo dos gêneros literários antigos é particularmente necessário” - COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 93.

¹⁰⁵ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 140.

¹⁰⁶ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 141.

¹⁰⁷ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 141.

O primeiro cuidado deve ser o das leituras tendenciosas, isto significa aquelas leituras que têm uma finalidade objetiva.¹⁰⁸

Outro aspeto que importa eliminar é o referente a toda a atualização orientada contrariamente aos valores evangélicos, a fim de justificar todo o tipo de discriminação. Portanto, “os desvios serão evitados se a atualização parte de uma correta interpretação do texto e é feita no decorrer da Tradição viva, sob a guia do Magistério eclesial”¹⁰⁹.

Mas, estes limites não podem prender o leitor a uma inércia da atualização dos textos bíblicos com o receio destes desvios, pois a atualização será sempre uma tarefa necessária, para fazer chegar a Palavra de Deus às gerações presentes.

“Deste modo, pois, com a leitura e estudo dos livros sagrados, «a palavra de Deus se difunda e resplandeça (2Tes 3,1), e o tesouro da revelação confiado à Igreja encha cada vez mais os corações dos homens. Assim como a vida da Igreja cresce com a assídua frequência do mistério eucarístico, assim também é lícito esperar um novo impulso de vida espiritual, se fizermos crescer a veneração pela palavra de Deus, que «permanece para sempre» (Is 40,8; cfr. IPe 1,23-25)”¹¹⁰.

¹⁰⁸ “A atualização perde toda validade se ela se baseia em princípios teóricos que estão em desacordo com as orientações fundamentais do texto da Bíblia, como por exemplo, o racionalismo oposto à fé ou o materialismo ateu.” - COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 142.

¹⁰⁹ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994, 142.

¹¹⁰ II CONCILIO VATICANO, *Constituição dogmática sobre a Revelação Divina (DEI VERBUM)*, nº 26.

CAPITULO III – OS TEXTOS BÍBLICOS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA

A nota pastoral da Comissão Episcopal da Educação Cristã, “*Palavra de Deus verdade que dá sentido*”, de 2008, para a Semana Nacional da Educação Cristã e tendo em consonância a Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos e no decorrer do Ano Paulino, vem relevar a importância da redescoberta da Palavra de Deus, “como uma «nova primavera» portadora de um redobrado dinamismo para a missão de evangelização e de promoção humana”¹¹¹. Reflete esta Comissão que as transformações do mundo, nos dias de hoje, compreendem enormes mudanças culturais. Na verdade, o ser humano procura apontar caminhos para a importância da construção da vida baseada em valores. Ao desenvolvimento das ciências e da evolução da tecnologia concorre a crescente necessidade de assumir valores universais como a liberdade, a justiça, a solidariedade e a paz. No entanto, o crescimento da tendência do individualismo e do subjetivismo ético tem levado a grandes incertezas e divergências de opiniões sobre temas fundamentais, entre eles se destacam o “conceito de pessoa, o significado de verdade, o sentido da vida, do sofrimento e da morte, a distinção entre o bem e o mal e a harmonia entre liberdade e responsabilidade”¹¹². Neste sentido, urge a promoção da educação, centrada em valores fundamentais, onde se torna necessário ajudar as novas gerações a construir personalidades sólidas e a descobrir o profundo sentido da vida.

Alude o Papa Bento XVI: “Contrariamente a quanto acontece em campo técnico ou económico, onde os progressos de hoje se podem somar aos do passado, no âmbito da

¹¹¹ Cf. SÍNODO DOS BISPOS, *Instrumentum Laboris*, Prefácio, 2008, [Consultado em 25-06-2014], disponível em http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20080511_instrlabor-xii-assembly_po.html#PREFÁCIO

¹¹² COMISSÃO EPISCOPAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Palavra de Deus verdade que dá sentido à vida*, 2008, [Consultado em 25-06-2014], disponível em <http://www.educris.com/v2/102-comissao-episcopal/909-nota-pastoral-sobre-a-emrc-palavra-de-deus-verdade-que-da-sentido-a-vida---2008>

formação e do crescimento moral das pessoas não existe uma semelhante possibilidade de acumulação, porque a liberdade do homem é sempre nova e portanto cada pessoa e cada geração deve tomar de novo, e diretamente, as suas decisões. Também os maiores valores do passado não podem simplesmente ser herdados, devem ser feitos nossos e renovados através de uma, muitas vezes difícil, escolha pessoal”¹¹³.

Perante este contexto eclesial e cultural, a redescoberta da Palavra de Deus dará, no que à Educação Moral e Religiosa Católica diz respeito, um contributo fundamental, pelo que não deve ser descurado o estudo da mesma. A Palavra de Deus “é viva, eficaz e mais penetrante que uma espada de dois gumes”(Heb 4,12) e “é adequada para ensinar, refutar, corrigir e educar na justiça” (2Tim 3,16). Ela é Palavra encarnada, isto é, o próprio Cristo, “a quem acedemos através da Palavra inspirada da Sagrada Escritura e da Tradição interpretadas pelo Magistério vivo da Igreja”¹¹⁴. Assim, a Palavra Deus perspetiva uma visão global da pessoa humana, tanto na relação com Deus como na relação com os outros, e dando o sentido último, da vida e do mundo, donde surge um quadro de valores e princípios ético-morais, que se concretizarão apenas com a vontade humana e ação de Deus.

É este projeto de vida que deve ser proposto e transmitido “através do diálogo aberto com os outros, sejam eles indiferentes ou descrentes, e, sobretudo, pelo testemunho alegre de uma vida coerente com o projeto de Deus, em que acreditam. É uma proposta que

¹¹³ BENTO XVI, *Carta à diocese e à Cidade de Roma sobre a tarefa urgente da Educação, 2008*, [Consultado em 25-06-2014], disponível em http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/letters/2008/documents/hf_ben-xvi_let_20080121_educazione_po.html.

¹¹⁴ COMISSÃO EPISCOPAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Palavra de Deus verdade que dá sentido à vida, 2008*, nº 3, [Consultado em 25-06-2014], disponível em <http://www.educris.com/v2/102-comissao-episcopal/909-nota-pastoral-sobre-a-emrc-palavra-de-deus-verdade-que-da-sentido-a-vida---2008>.

transmite aos educandos, no respeito pela sua liberdade, e um contributo para a transformação da cultura nos ambientes em que estão inseridos”¹¹⁵.

Justifica-se, então, que a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica apresente a mensagem cristã como núcleo central desta disciplina, “uma vez que o seu objeto é dar sentido e enquadrar o conjunto das experiências humanas num todo significativo. Os dados da vida, por si só, não oferecem ao sujeito o seu significado último”¹¹⁶. Como podemos verificar, a Palavra de Deus ocupa um lugar central, onde é constantemente referida, interpretada e pedagogicamente apresentada para ajudar os alunos a conhecê-la, interiorizá-la e, a partir dela, iluminar a vida e os saberes, e responder aos anseios e preocupações da vida e do mundo.¹¹⁷

1. Apresentação dos textos

Com o Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, para o Ensino Básico e Secundário, encontramos uma variedade de textos que nas diversas Unidades Letivas visam “iluminar”¹¹⁸ e apontar caminhos para responder e corresponder às mais variadas situações. Pretendemos, então, num primeiro passo, mostrar de uma forma global, quais esses textos e, posteriormente, refletir a predominância da origem dos mesmos (seja do Antigo ou Novo Testamento), procedendo, depois, à análise dos elementos identificados.

¹¹⁵ COMISSÃO EPISCOPAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Palavra de Deus verdade que dá sentido à vida*, 2008, nº 3, [Consultado em 25-06-2014], disponível em <http://www.educris.com/v2/102-comissao-episcopal/909-nota-pastoral-sobre-a-emrc-palavra-de-deus-verdade-que-da-sentido-a-vida---2008>.

¹¹⁶ FUNDAÇÃO SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, Ensino Básicos e Secundário*, Ed. Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 2007, 20.

¹¹⁷ Cf COMISSÃO EPISCOPAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Palavra de Deus verdade que dá sentido à vida*, 2008, nº 4, [Consultado em 25-06-2014], disponível em <http://www.educris.com/v2/102-comissao-episcopal/909-nota-pastoral-sobre-a-emrc-palavra-de-deus-verdade-que-da-sentido-a-vida---2008>.

¹¹⁸ No Fórum de Educação Moral e Religiosa Católica, realizado em Fátima, em Janeiro de 2014, foi referido que uma das alterações, na revisão do Programa da disciplina de 2007 para esta de 2013, vem afirmar que deixa de existir metas e objetivos para a Palavra de Deus, isto é, reafirma a transversalidade da Palavra em todo o Programa, visto que ilumina, sintetiza, provoca e convoca sempre que é necessário em todas as Unidades Letivas.

1.1 Os textos

No quadro, que se segue, apresentam-se os textos para cada Unidade Letiva, correspondente a cada Ano e Ciclo de ensino.

Os textos bíblicos utilizados pelo programa foram escolhidos tendo em conta os seguintes critérios:

- A sua pertinência em relação ao assunto desenvolvido pelas unidades letivas;
- A adequação em relação à faixa etária dos alunos;
- A seleção dos textos bíblicos mais relevantes tanto do ponto de vista da mensagem que veiculam como do ponto de vista do seu interesse pedagógico.

Quadro - *Distribuição dos textos bíblicos pelas unidades letivas*¹¹⁹

<i>Ano de Escolaridade / Unidade Letiva</i>	<i>Texto Bíblico</i>	<i>Assunto</i>
1.1	<ul style="list-style-type: none">• Lc 15,4-7	<ul style="list-style-type: none">• A parábola da ovelha perdida
1.2	<ul style="list-style-type: none">• Mt e Lc	<ul style="list-style-type: none">• História bíblica do nascimento de Jesus: evangelhos da infância
1.3	<ul style="list-style-type: none">• Sir 3,1-16	<ul style="list-style-type: none">• Deveres dos filhos para com os pais• A família de Jesus
1.4	<ul style="list-style-type: none">• Gn 2,8-15• Is 35,1-2.5-7	<ul style="list-style-type: none">• O jardim do Éden• Deus quer a vida na terra. O sonho de Deus para a terra
2.1	<ul style="list-style-type: none">• Jo 15,9ss	<ul style="list-style-type: none">• Jesus é amigo de todos: pobres, pecadores, marginalizados, etc.
2.2	<ul style="list-style-type: none">• Lc 1,39-56• Lc 1,26ss• Lc 2,41-52• Lc 2,1-11• Jo 19,25-27	<ul style="list-style-type: none">• Maria preocupa-se com as outras pessoas: o encontro com Isabel• A escolha de Deus e a resposta de Maria: a anunciação• Jesus aos doze anos• As bodas de Caná• Maria junto à cruz

¹¹⁹ Cf. FUNDAÇÃO SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Metas Curriculares de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, 2013, 13-67.

2.3	<ul style="list-style-type: none"> Mt 21,1-12; Jo 13,2-11; Mt 26,17-29; Mc 14,43-50.53-15,20; Mt 27,32-66; Jo 20,1-2.11-18 	<ul style="list-style-type: none"> A Páscoa e os últimos acontecimentos da vida de Jesus – a narrativa da entrada em Jerusalém, do lava-pés, da última ceia, traição, julgamento, flagelação, caminho para o calvário, morte, ressurreição e aparição do Ressuscitado.
2.4	<ul style="list-style-type: none"> Sl 23; Mt 6,25-34 Jo 15,9-17 Mt 25, 14-29 	<ul style="list-style-type: none"> Deus conhece as nossas necessidades e dá-nos aquilo de que Deus é amor precisamos para viver felizes. Os amigos de Jesus amam os outros, como ama Jesus. Todos nós temos algo para dar aos outros: a parábola dos talentos.
3.1	<ul style="list-style-type: none"> Mc 10,13-16 	<ul style="list-style-type: none"> Jesus e as crianças.
3.2	<ul style="list-style-type: none"> Lc 16, 19-25 	<ul style="list-style-type: none"> Lázaro e o rico.
3.3	<ul style="list-style-type: none"> Mt 6, 9-13 	<ul style="list-style-type: none"> Jesus ensina-nos a rezar.
3.4	<ul style="list-style-type: none"> 	<ul style="list-style-type: none"> Não tem texto bíblico
4.1	<ul style="list-style-type: none"> Mt 5,33-37 Tg 5,12 	<ul style="list-style-type: none"> Jesus ensina-nos a sermos verdadeiros Dizer sim quando é sim, dizer não quando é não
4.2	<ul style="list-style-type: none"> Sl 8, 4-7 Mc 10, 46-52 	<ul style="list-style-type: none"> Os cristãos reconhecem que a sua dignidade vem de Deus criador e é por isso inalienável. Jesus e o cego de nascença: a afirmação da dignidade da pessoa com limitações.
4.3	<ul style="list-style-type: none"> Lc 23,33-34a Lc 23,39-43 	<ul style="list-style-type: none"> Jesus crucificado perdoa a quem lhe fez mal Jesus perdoa o malfeitor que se arrependeu
4.4	<ul style="list-style-type: none"> A Bíblia 	<ul style="list-style-type: none"> Compreensão, estrutura e divisão da mesma.
5.1	<ul style="list-style-type: none"> Gn12, 1-8 Gn15; Gn17 	<ul style="list-style-type: none"> Abrão, modelo de pessoa em caminho (mudança, crescimento). Deus tem a iniciativa de estabelecer uma Aliança com a humanidade.
5.2	<ul style="list-style-type: none"> Ex 3,7-10; Gn 9,9-11; 1Sm 3,1-2; Is 9,1-6; 11,1-9. Mt 26,26; Lc 22,20 Jo1,1-4,14 	<ul style="list-style-type: none"> A grande esperança de Israel, Deus está atento às necessidades do seu povo. A nova Aliança: Jesus, o cumprimento da esperança de Israel. Jesus encarna numa realidade histórica.
5.3	<ul style="list-style-type: none"> Ef 4,25.29.31-32; 5,1s Pr 17,1 	<p>O projeto de Deus para a família na mensagem bíblica:</p> <ul style="list-style-type: none"> viver os valores da verdade, da bondade, do perdão. Dar prioridade à consciência do ser em relação à consciência do ter.
5.4	<ul style="list-style-type: none"> Rm 8,14-17; Jo 13,14 At 2,42-47; At 5,12-16 	<ul style="list-style-type: none"> Todos somos filhos de Deus. Uma comunidade modelo.

	<ul style="list-style-type: none"> • Sir 28,1-7 • Mt 18,21-35 • Lc 6,31 	<ul style="list-style-type: none"> • Perdoar o outro e recusar a vingança. • «Perdoar até setenta vezes sete» e a parábola do rei misericordioso e justo. • A regra de ouro: “Façam aos outros como desejam que os outros vos façam”.
6.1	<ul style="list-style-type: none"> • Sl 139 (138) 	<ul style="list-style-type: none"> • Deus é Pessoa e estabelece com todos uma relação pessoal
6.2	<ul style="list-style-type: none"> • cf. Lc 12, 22ss • Lc 18, 9-14 • Mc 14,32-50 • Mc 14,53-65 • Mc 15,1-15 • Mc 15,24-37 • Act 9 • Act 10,34-43 • Act 22 • Jo 10,10 	<ul style="list-style-type: none"> • A confiança no Deus bom, que não abandona a pessoa. • Uma religião que brota de uma relação com Deus no íntimo do ser e se manifesta na fraternidade, e não uma religião do culto exterior. • Oração no Getsemani e prisão. • Jesus é julgado e condenado pelo tribunal judaico. • Jesus é julgado e condenado à morte por Pilatos. • Crucificação e morte de Jesus na cruz. A ressurreição – Jesus é o Senhor e o Filho de Deus • Conversão (vocação) de Saulo; • Discurso de Pedro em casa de Cornélio; • Discurso de Paulo à multidão; • Deus quer a vida e não a morte.
6.3	<ul style="list-style-type: none"> • At 2, 42-47 • Jo 13, 3-7.13-17 • Mc 14, 1-25 	<ul style="list-style-type: none"> • A vida em comum e a partilha dos bens nas comunidades dos primeiros cristãos. • O Lava-pés. • A Última Ceia, sinal da entrega de Jesus por amor.
7.1	<ul style="list-style-type: none"> • Gn 1-2,24 	<ul style="list-style-type: none"> • Texto da criação
7.2	<ul style="list-style-type: none"> • Gn 17, 1-2 • Sl 27(26),1.3-5.7-10 • Ex 3, 13-14 • Ex 34, 10 • Ex 34, 6-7a; Os 11. 3-4 • Mc14, 36 • Lc 11, 2-4a • Rm 3, 25b-26 • Lc 23, 34 • Lc 7,36-50 • Rm 3, 29-30a • Mt 25, 34-36 	<p>Deus no Antigo Testamento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deus criador e supremo: do qual todo o universo depende • O Deus dos pais — um Deus pessoal que se relaciona com os seres humanos de forma benevolente. • Tem um nome: Jahvé (JHWH): «Eu estou presente». • Deus da Aliança. • Deus Justo, clemente e compassivo) que toma o cuidado dos mais fracos e dos sofredores. <p>O Deus de Jesus Cristo</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Pai (Abba, papá) que denota proximidade, defesa, consolo e segurança • Pai universal: não só dos bons, mas de todos; • Deus da salvação, misericórdia, inequivocamente bom; • Deus do perdão e não da condenação; • Deus que Ama o ser humano de forma incondicional e independente do seu comportamento (Deus é Amor); • Deus que abate as diferenças que separam as pessoas: judeus/estrangeiros; obedientes à Lei/trangressores; bons/mau; • Deus que está do lado dos fracos, dos desvalidos, dos

	<ul style="list-style-type: none"> • Rm 5, 5 	<ul style="list-style-type: none"> • mais pobres, dos oprimidos; • Deus que apela à conversão pela via do amor e não da condenação ou da violência. •
7.3	<ul style="list-style-type: none"> • 1Cor 12,31-13,8a 	<ul style="list-style-type: none"> • Hino ao amor
7.4	<ul style="list-style-type: none"> • Lv 24,17-21 • Mt 5,38-48 • Mt 18, 21-22 • Mt 5, 1-11 	<ul style="list-style-type: none"> • Lei de talião, contra os abusos de poder: «Olho por olho, dente por dente» • A proposta de Jesus para a construção da paz • o amor aos inimigos; • o perdão; • o Sermão da Montanha:.
8.1	<ul style="list-style-type: none"> • Sl 127(126), 3-5; • Sl 128(127), 3 • Mc 3,31-35 	<ul style="list-style-type: none"> • A fecundidade como bênção de Deus e os filhos como dádivas de Deus • Jesus veio fundar uma família universal, baseada na aceitação da vontade de Deus que se expressa no amor:
8.2	<ul style="list-style-type: none"> • Jo 13,34; 17,11.20-23 • 1Cor 1,10-13; 3,5-7.10-11.21-23; Ef 4,1-6 	<ul style="list-style-type: none"> • A unidade da Igreja corresponde à vontade de Cristo • A unidade em torno da pessoa de Cristo e de Deus
8.3	<ul style="list-style-type: none"> • Cf. Ex • Lc 15,11ss • Rm 6, 22-23; Rm 10, 23-24 • Mt 6,25-32 	<ul style="list-style-type: none"> • O Deus libertador: Moisés e a libertação do Egito (a Páscoa judaica e a Páscoa cristã) • Um Deus que respeita a liberdade humana: a parábola do Filho pródigo e do pai misericordioso • Um Deus bom que me chama a optar pelo bem e pela verdadeira liberdade. • Dependência e liberdade em relação aos bens materiais
8.4	<ul style="list-style-type: none"> • Sl 8, 4-7 • Dn 3,57-82 	<ul style="list-style-type: none"> • O ser humano é o cume de toda a natureza: é a obra-prima de Deus a quem foi confiado o cuidado de todas as outras realidades. • Todas as criaturas, bendize o Senhor
9.1	<ul style="list-style-type: none"> • Jo 10, 11-14-15 • Lc 10,25-37 	<ul style="list-style-type: none"> • Dar a vida pela verdade libertadora: Jesus o grande testemunho. • A Parábola do Bom Samaritano: tornarmo-nos próximos de quem precisa
9.2	<ul style="list-style-type: none"> • Cf. Jonas • Sir 43,27-33 • Sl 23(22) • Jr 7,4-11; Tg 2, 14-17 	<ul style="list-style-type: none"> • Representações de Deus no AT e o Deus de Jesus Cristo: de um Deus de um povo até um Deus universal (cf. Jonas); de um Deus com dupla face (bondoso e severo, mesmo violento) até um Deus inequivocamente bom. • A imensidão de Deus • A fé como confiança e entrega: o bom pastor • A coerência entre a fé e as obras
9.3	<ul style="list-style-type: none"> • Ex 12 • Mt 25, 14-29 	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto de Abraão: a descoberta de um Deus único e relacional. • A parábola dos talentos.

	<ul style="list-style-type: none"> • Rm 12, 9-18 	<ul style="list-style-type: none"> • A esperança, a alegria e a confiança na realização própria e dos outros.
ES1	<ul style="list-style-type: none"> • Act 17,24-28 • Mc 12,13-17 	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os seres humanos são filhos de Deus e formam uma comunidade • A separação das águas: o ideal do Evangelho: «Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus»
ES2	<ul style="list-style-type: none"> • Sl 15(14) 	<ul style="list-style-type: none"> • Ser hóspede na casa de Deus é praticar o bem
ES3	<ul style="list-style-type: none"> • Lc 12,13-34 	<ul style="list-style-type: none"> • O rico insensato e a confiança em Deus
ES4	<ul style="list-style-type: none"> • 1Jo 4,7ss • Mc 12,28-34 • Jo 13,34-35 	<ul style="list-style-type: none"> • Deus é amor • O amor: o mandamento central da mensagem cristã • O mandamento novo
ES5	<ul style="list-style-type: none"> • Ex 34,4-5; 2Sm 7,28 • Jo 1,9.14.17; 8,31-32; 14,6; 18,37-38 • Sl 15(14),1-2; Tg 2,18.22; 2Jo 3-6 	<ul style="list-style-type: none"> • Deus é a verdade • Jesus é a verdade • A verdade consiste em praticar a vontade de Deus
ES6	<ul style="list-style-type: none"> • Sl 22(21) 	<ul style="list-style-type: none"> • A paixão do justo, a experiência da ausência de Deus e a procura de Deus como sentido último
ES7	<ul style="list-style-type: none"> • Is 64,7 • Sl 136(135),1-9 • Jr 10,6.10a.11-13.16 	<ul style="list-style-type: none"> • Deus é o criador do ser humano • A origem do universo e a doutrina da criação
ES8	<ul style="list-style-type: none"> • Mc 10,1-9 • Cf. Jo 8,1ss • Lv 19,33-34; Nm 15,14-16; Dt 10,17-19; 24,14-15; Sl 94(93),4-9; Lc 17,11-19; Ef 2,11-22; Cl 3,10-12 • Sir 3,12-13 • Sir 8,9 • Pr 17,6 • Pr 20,29 • 2Sm 19,2-40 	<ul style="list-style-type: none"> • Complementaridade e unidade homem/mulher • Perspetiva bíblica sobre a condição feminina <ul style="list-style-type: none"> ➢ Contexto social e ideológico e repercussão sobre a situação da mulher (cf. A mulher adúltera) ➢ Exemplos de mulheres com papel relevante na construção da sociedade nos tempos bíblicos • Dignidade dos estrangeiros • O filho deve amparar o pai na velhice • Aceitação dos ensinamentos dos mais velhos • Os netos e os avós • A experiência de vida dos velhos • O velho Barzilai quer morrer junto ao túmulo dos seus antepassados.

	<ul style="list-style-type: none"> • Mc 10,46-52 	<ul style="list-style-type: none"> • Cura do cego Bartimeu
ES9	<ul style="list-style-type: none"> • Cf. Act 2,42-46 	<ul style="list-style-type: none"> • Fidelidade ao Evangelho: comunidade solidária que promove a dignidade da pessoa humana em todas as suas dimensões
ES10	<ul style="list-style-type: none"> • Mt 1,18-2,23; Lc 1,5-2,52 • Mt 26,1-28,20 • Cf. Act 	<ul style="list-style-type: none"> • Cenas da Infância de Cristo • Cenas da Paixão, Ressurreição e Aparições de Cristo • Apóstolos e Evangelistas
ES11	<ul style="list-style-type: none"> • Ct 	<ul style="list-style-type: none"> • A sedução, a paixão e o amor humano são cantados na Bíblia
ES12	<ul style="list-style-type: none"> • 2Ts 3,7-15 • Tg 5,1-6 • Mt 25,14-30 	<ul style="list-style-type: none"> • O trabalho é um dever • Dever de pagar o salário a quem trabalha • Pôr os talentos a render

1.2 A análise do roteiro bíblico

Tendo em conta o roteiro bíblico apresentado, fazemos uma apresentação e uma breve contextualização dos textos bíblicos utilizados nas Unidade Letivas do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica.

No 1º Ciclo:

Total 1º ano	
AT	NT
3	3

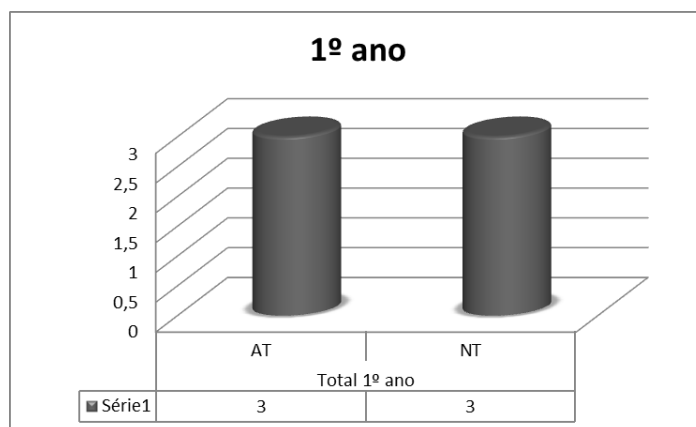


Figura 1

Como podemos reparar, no primeiro ano de escolaridade é proposto, para a consecução das Unidades Letivas, seis textos bíblicos. Assim, logo, na primeira Unidade encontramos a parábola da ovelha perdida. Na segunda unidade, “Jesus nasceu!”, são expostos os resumos do nascimento de Jesus dos Evangelhos de Mateus e Lucas. No caso da terceira unidade, encontramos um texto do Antigo Testamento relativo aos deveres dos filhos para com os pais. Na última unidade, “Cuidar da natureza”, os textos do Antigo Testamento do Jardim do Éden e o texto do livro de Isaías, mostram a vontade de Deus em relação à vida na terra, a sua harmonia.

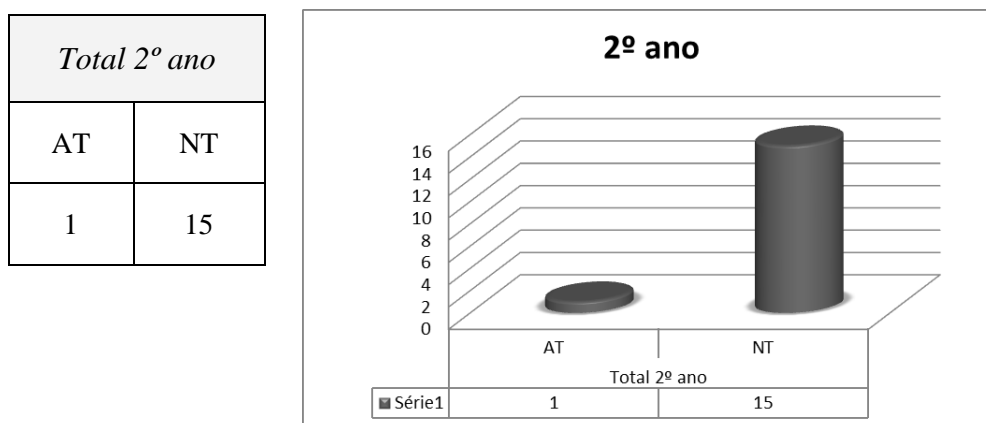


Figura 2

No segundo ano de escolaridade, existe claramente uma predominância da utilização dos textos do Novo Testamento. Assim, de uma forma mais concreta, na primeira unidade encontramos o exemplo de Jesus para a relação com os outros, no amor ao próximo. Na segunda unidade, “A Mãe de Jesus” caracteriza toda a pessoa de Maria: desde a sua infância, passando pelo encontro com a sua prima Isabel, até a sua caminhada junto de seu filho Jesus até à cruz. Na terceira Unidade, “A Páscoa dos cristãos” focaliza a imagem de Jesus ressuscitado, utilizando textos que resumem a Páscoa cristã. Culmina este

ano de escolaridade, na sua última unidade, com a complementaridade da beleza do amor de Deus pela humanidade, a relação interpessoal do ser humano e do seu contributo para a vivência do amor de Deus na relação com os outros.

<i>Total 3º ano</i>	
AT	NT
0	3

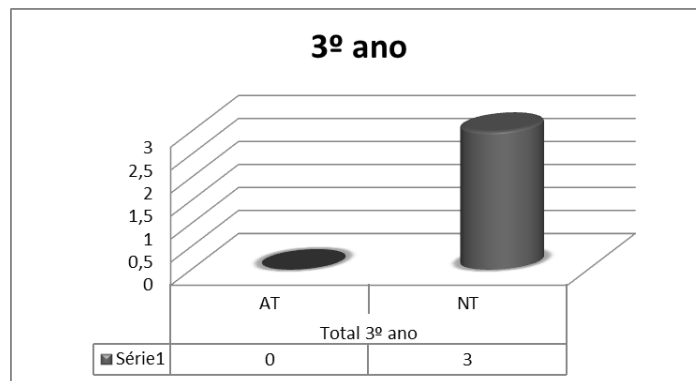


Figura 3

Para este terceiro ano de escolaridade, verifica-se a utilização somente dos textos do Novo Testamento, onde podemos observar na primeira unidade, a relação de Jesus com as crianças. Na segunda unidade, o texto bíblico distingue a importância da justiça para apreender o contributo da pessoa e a consecução da solidariedade. Na terceira unidade letiva, o percurso bíblico conduz ao conhecimento e valorização da oração e no ensinamento da mesma. Na última unidade deste ano de escolaridade, não está referenciado nenhum texto bíblico, pois trata-se do estudo da Igreja enquanto comunidade de crentes que vive e expressa a sua fé.

<i>Total 4º ano</i>	
AT	NT
1	3

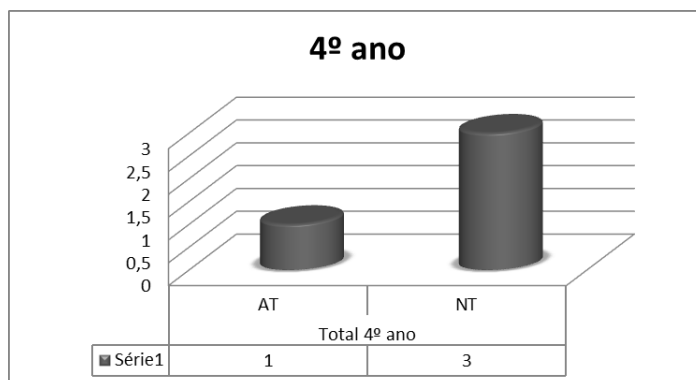


Figura 4

Neste último ano de escolaridade do 1º ciclo, deparamos, na primeira unidade, com ensinamentos, tanto no evangelho apresentado, como na carta de São Tiago, sobre a forma como podemos viver bem, usando sempre a verdade como valor primordial. Na segunda unidade, perante a diversidade, somos confrontados com a assunção da dignidade da pessoa, que vem de Deus e por isso inalienável, mesmo na diferença para com aqueles que têm limitações, sejam elas de que natureza forem. Na unidade seguinte, descobrimos a importância do perdão, no exemplo da paixão de Jesus Cristo. Na última unidade, toda a Bíblia é alvo de estudo, desde a definição como livro sagrado dos cristãos até ao seu simples manuseamento.

<i>Total 1º ciclo</i>	
<i>AT</i>	<i>NT</i>
5	26

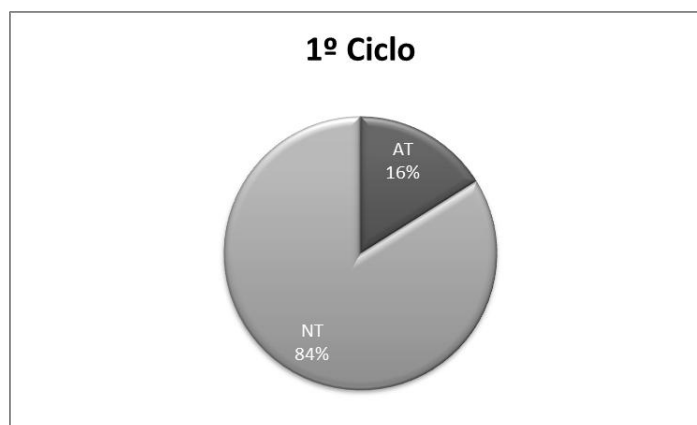


Figura 5

Numa análise geral, conseguimos então inferir a predominância dos textos do Novo Testamento e de modo particular, dos Evangelhos como fonte de iluminação para uma melhor compreensão da proposta de atitudes e comportamentos a apresentar aos alunos perante as realidades quotidianas.

No 2º ciclo:

Total 5º Ano	
AT	NT
9	10

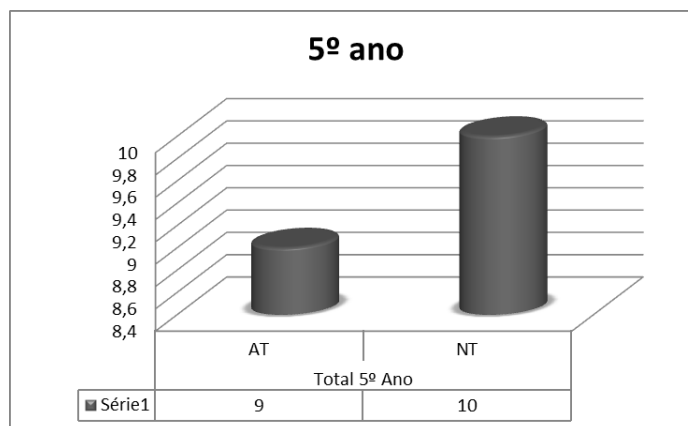


Figura 6

Ao longo do quinto ano de escolaridade, verificamos uma quase igualdade de textos do Antigo e do Novo Testamento. Assim, na primeira unidade, é apresentada a figura de Abraão e a Aliança estabelecida. Conseqüentemente, os textos do Génesis são privilegiados a fim de refletir a organização relacional em que cada um se insere e, ao mesmo tempo, apontar condições facilitadoras de relação entre as partes. Na segunda unidade é proposto um estudo sobre o Advento e o Natal. Assim, os textos expostos refletem a expectativa do povo de Israel que espera o Messias, concretizada na encarnação de Jesus, relatada no Evangelhos. Seguidamente, na unidade três, olhando para a família, como comunidade de amor, reconhecemos o projeto de Deus para a família, identificando, nos textos, os valores pelos quais a família deve viver e priorizando a consciência do ser em relação ao ter. Por fim, na última unidade, a construção da fraternidade, os textos bíblicos ajudam a reconhecer a filiação divina, apresentando um modelo de comunidade familiar como nos expõe o texto dos Atos do Apóstolos. Termina, esta unidade, relevando a importância do perdão e comprometendo o aluno na construção de um mundo mais fraterno, promovendo o bem-comum e o cuidado pelo outro.

<i>Total 6º ano</i>	
<i>AT</i>	<i>NT</i>
<i>1</i>	<i>13</i>

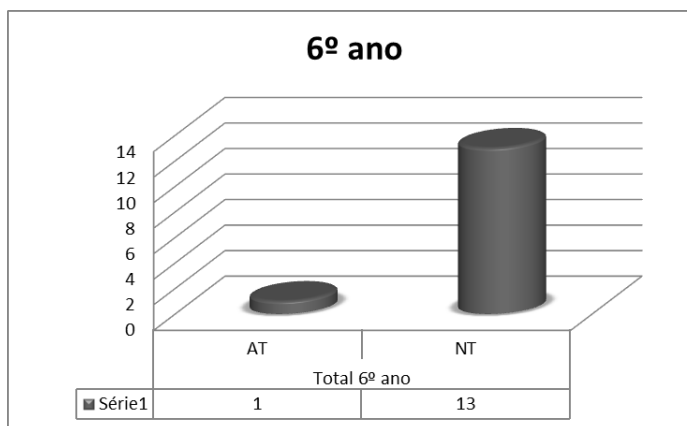


Figura 7

Neste sexto ano de escolaridade, verifica-se, na primeira unidade, a importância da pessoa humana e, no que diz respeito aos textos bíblicos, evidencia-se o caráter pessoal da relação de Deus com cada ser humano. Olhando para a segunda unidade, no estudo da pessoa de Jesus de Nazaré, somos conduzidos, pelos textos bíblicos a perceber, de uma nova forma, que Deus não abandona a pessoa e que a religião brota dessa relação com Deus, que se manifesta na relação fraterna com o outro. Complementa, com a última unidade, a compreensão da missão de Jesus, o Filho de Deus, através dos textos que relatam a Paixão e Morte de Jesus.

<i>Total 2º ciclo</i>	
<i>AT</i>	<i>NT</i>
<i>10</i>	<i>23</i>

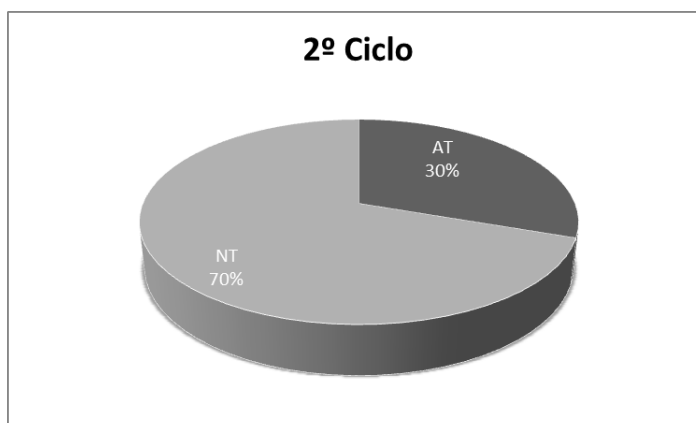


Figura 8

Ao olharmos para o gráfico da figura 8, concluímos que existe uma clara preferência pelos textos do Novo Testamento, que permitem atingir as metas de aprendizagem, na relação direta com as unidades propostas, que se consubstanciam na identificação de valores evangélicos e no conhecimento da mensagem e culturas bíblicas.

No 3º ciclo:

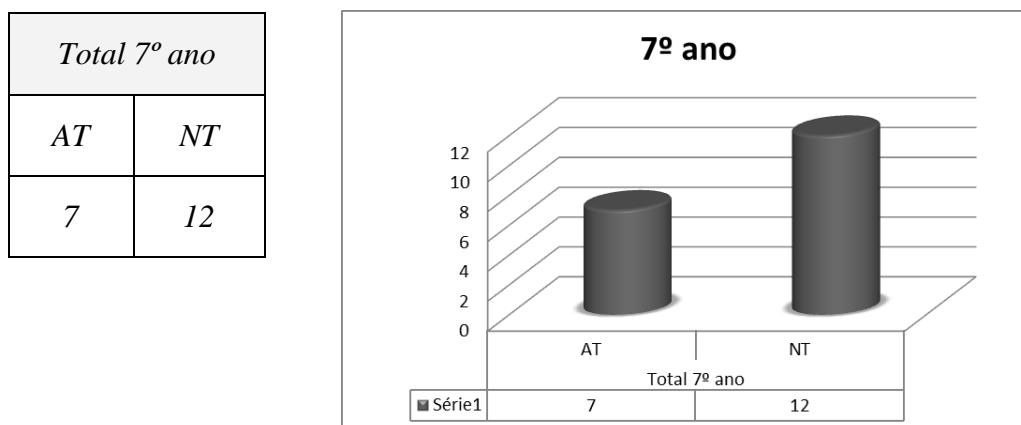


Figura 9

Neste sétimo ano de escolaridade, olhando para a primeira unidade (Unidade Letiva 1 – As origens) percebe-se que o aluno, deve ter um conhecimento mais aprofundado de como se estruturam os textos da “criação” e qual a sua relação com os conhecimentos científicos de hoje, que complementam a teoria evolucionista¹²⁰, que é estudada nas outras disciplinas do currículo, nomeadamente, as ciências naturais e as ciências físico-químicas. Quanto à unidade letiva 2, constata-se a importância de que se reveste o conhecimento das religiões monoteístas com o estudo da evolução das civilizações, que é desenvolvido na

¹²⁰ Podemos constatar que esta matéria curricular é lecionada neste ano curricular, através das orientações curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação. Cf. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, *Orientações curriculares 3º ciclo, Ciências físicas e naturais*, [consultado em 02-08-2014] disponível em: file:///C:/Users/Bessa/Downloads/eb_cfn_orient_curriculares_3c.pdf

disciplina de História. Por isso, importa que o aluno perceba a importância do diálogo entre a fé e a cultura. Na unidade seguinte (unidade 3 – Riqueza e sentido dos afetos), a identificação e compreensão sobre as transformações que o aluno atravessa nesta idade, vem encontrar resposta na genuinidade da mensagem cristã que é apresentada pelo hino ao amor da Carta de São Paulo aos Coríntios. Na última unidade deste ano de escolaridade identifica-se a paz como elemento essencial da identidade cristã como resposta às diversas vicissitudes do mundo atual e aborda-se, ainda, a identificação do papel das religiões na construção da paz em situações vitais do cotidiano.

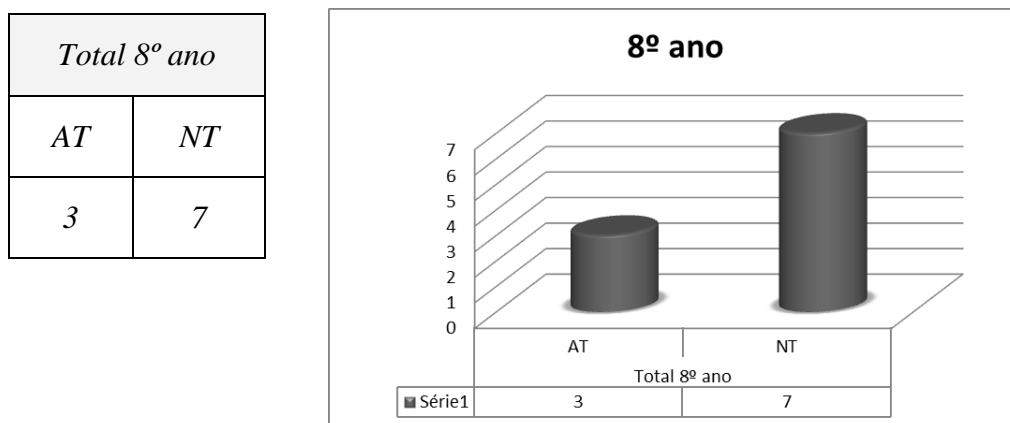


Figura 10

O oitavo ano começa com a unidade letiva 1 – O amor humano, onde se percorre o estudo do amor e da fecundidade humana e em que o contributo dos textos bíblicos ajuda o aluno a compreender a fecundidade como bênção e dádiva de Deus, nomeadamente, através dos textos do livro dos Salmos e na fundação de família universal, que Jesus apresenta, com base na aceitação da vontade de Deus, que se expressa no amor. Com a segunda unidade, após um estudo dos diversos cismas da Igreja cristã, os textos bíblicos vêm refletir a unidade da Igreja, correspondendo à vontade de Jesus Cristo e à confluência da Igreja na pessoa de Cristo e de Deus, reconhecendo o trabalho necessário ao diálogo

ecuménico. Com a unidade letiva – A Liberdade, o aluno descobre o significado deste valor, consciencializa-se dos limites e das manipulações da consciência humana que leva, muitas vezes, a comportamentos de risco. Assim, o contributo dos textos bíblicos visam mostrar a relação entre a bondade amorosa de Deus e a liberdade humana; consciencializar a liberdade como bem vital para a realização pessoal; equacionar respostas adequadas que integrem o valor da dignidade humana. Na última unidade, inferimos a dignidade humana e a sua relação com a totalidade da criação, onde se reconhece o ser humano como obra-prima. Neste sentido, observa-se a necessidade de refletir sobre a relação do ser humano com toda a natureza através da interpretação dos textos bíblicos sobre a relação Deus/natureza.

<i>Total 9º ano</i>	
<i>AT</i>	<i>NT</i>
5	5

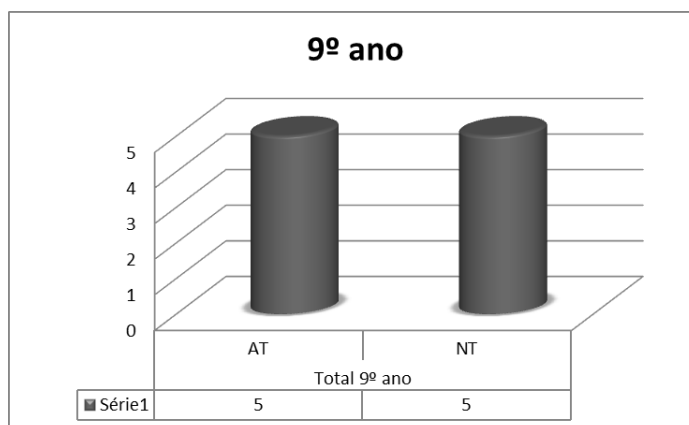
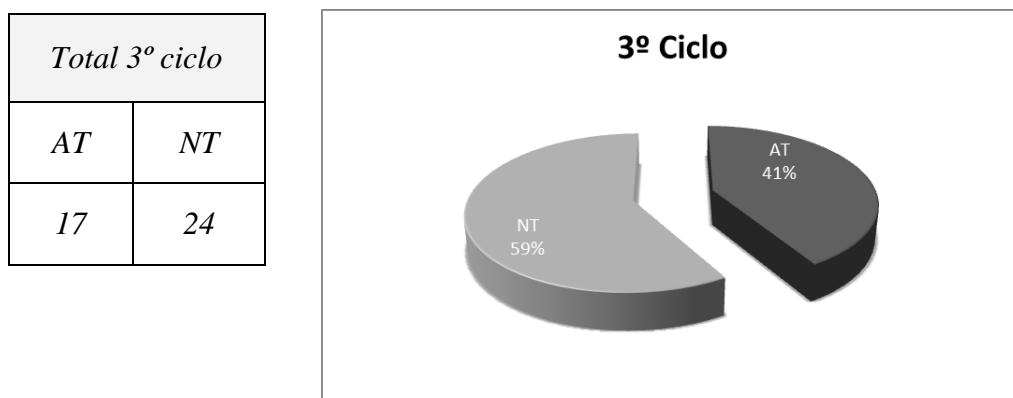


Figura 11

Quanto ao nono ano de escolaridade, a primeira unidade letiva infere a necessidade de compreender a dignidade humana, reconhecendo-a como eixo central dos valores humanos. Assim, o contributo dos textos bíblicos visa, em primeiro lugar, mostrar o exemplo radical de Jesus Cristo ao dar a sua vida pela verdade libertadora e no amor ao próximo, que é complementada pela conhecida parábola do Bom Samaritano. No estudo da unidade letiva 2 – Deus, o grande Mistério, encontramos a problemática da existência de

Deus, de onde, por norma, numa avaliação diagnóstica, verificamos que os alunos têm um conjunto de imagens “distorcidas” de Deus, que muitas vezes decorrem de conteúdos pouco consolidados e até errados do conhecimento bíblico que o aluno possui. Portanto, o contributo dos textos bíblicos aponta à interpretação sobre a bondade e grandeza de Deus, nomeadamente, através da experiência da fé. Na conclusão deste ano de escolaridade, a unidade letiva proposta (O projeto de Vida), procura identificar a necessidade e a importância de projetos na vida pessoal, identificando os valores necessários a essa concretização e com os exemplos bíblicos, compreender a existência de projetos de vida na experiência com Deus, reconhecendo a fé em Deus como eixo central na construção de projetos de vida mais humanizadores e justos.



Ao olharmos, de uma forma generalizada, para este ciclo de ensino, podemos denotar que existe uma maior utilização de textos do Novo Testamento, onde o aluno deve ser capaz de conseguir compreender uma maior articulação dos textos do Antigo Testamento com os do Novo Testamento.

<i>Total Ens Sec</i>	
<i>AT</i>	<i>NT</i>
<i>17</i>	<i>23</i>

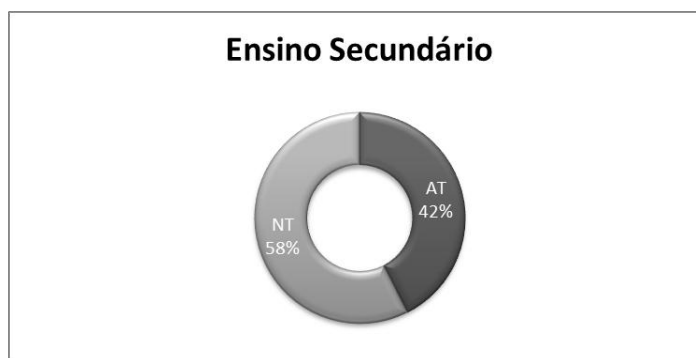


Figura 13

Como já foi referido anteriormente, com a revisão do programa de 2007, para esta versão de 2013, não houve alterações nas unidades letivas. Assim, apenas o Secretariado Nacional de Educação Cristã deve fornecer aos docentes uma leitura dos muito ricos conteúdos apresentados, de tal modo, que possam definir-se os Objetivos Programáticos necessários à aprendizagem dos conteúdos e de modo que estes possam articular-se melhor entre si e com as Metas Curriculares definidas para a disciplina. Neste sentido, o ensino secundário tem na sua constituição doze unidades letivas, cuja ordem de consecução é determinada tendo em conta o contexto da turma e quanto ao seu percurso escolar. Isto significa, para um determinado curso científico ou humanístico ou artístico, que não tem de ser necessariamente a mesma ordem de unidades letivas para ambos os cursos ao longo dos três anos escolares.

Assim, no que diz respeito ao contributo dos textos bíblicos, estes ajudam o aluno a complementar o seu raciocínio perante as temáticas apresentadas. Pretendemos ainda reforçar a noção de que o percurso já efetuado pelo aluno ao longo dos nove níveis de Escolaridade do Ensino Básico com a aquisição dos conteúdos e das capacidades desenvolvidas, aliado às estratégias pedagógicas utilizadas habitualmente pelos docentes,

permite ao aluno desenvolver uma maior capacidade crítica e uma maior abertura à mensagem cristã.

Total dos doze níveis de ensino

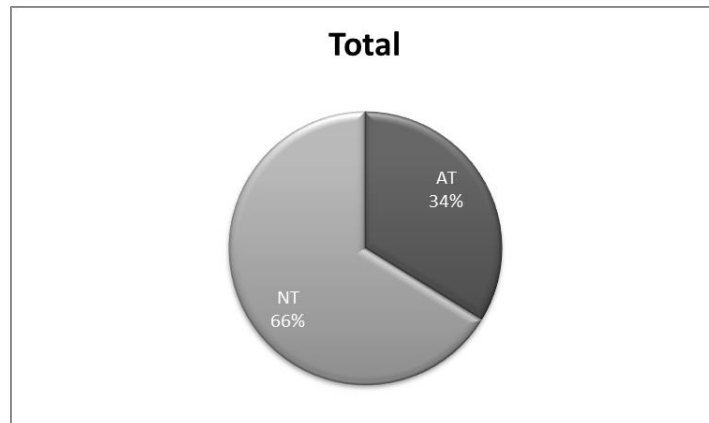


Figura 14

Por fim, numa avaliação global dos resultados deste estudo, verificamos que a multiplicidade dos textos bíblicos apresentados constituem um contributo fundamental para uma maior aprofundamento do conhecimento da mensagem cristã, a qual, visa propor ao aluno, propostas concretas para o desenvolvimento da sua personalidade e na construção da sua identidade que o conduzam à realização plena e feliz.

CAPITULO IV – CONTRIBUTOS PARA UMA APLICAÇÃO DOS TEXTOS BÍBLICOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA

Neste último capítulo pretendemos apresentar alguns contributos que permitam refletir e preparar o professor para que seja capaz de implementar a utilização dos textos bíblicos em contexto pedagógico. Neste sentido, consideramos necessário, que se observe alguns pormenores que antecedem a aplicação dos textos bíblicos, numa tentativa de clarificar qual a importância desses textos em contexto de sala de aula.

1. Preocupações do professor de Educação Moral e Religiosa Católica

Na conclusão da análise dos textos bíblicos realizado no capítulo anterior, verificamos que o conhecimento da mensagem cristã, nomeadamente, descrita nos textos bíblicos, propõe ao aluno conteúdos que visam ajudar à construção da sua identidade. Assim, torna-se importante que o professor tenha uma perspetiva do papel da Bíblia na construção da identidade cristã e consequentemente da identidade cultural em que está inserido, a qual está profundamente marcada por este cunho cristão, como é o caso da cultura europeia. Contudo, não se pode dissociar desta reflexão, os estudos sobre o pensamento dessa mesma cultura e a forma com ela influencia o desenvolvimento da sociedade e por inerência do aluno.

1.1 O papel da Bíblia na construção da identidade

Neste ponto da nossa reflexão visamos fazer uma abordagem do papel da Bíblia na construção da identidade cristã e consequentemente, de identidades culturais que estão claramente marcadas pelo cristianismo. Tendo por base um artigo de João Duque

publicado na revista “*Theologica*” em 2003, com o título “Textos e identidades”, propomos que nos centralizemos em alguns aspetos essenciais deste tema.

Ora, devemos começar por procurar responder à questão de qual o papel que a identidade pessoal e cultural desempenha nos dias de hoje, mesmo que essa resposta saliente muitas ambiguidades. Seguidamente, após o esclarecimento dessas mesmas ambiguidades, devemos considerar o papel da mediação textual na construção de identidades, que nos colocará no centro desta reflexão. Posteriormente, aplicaremos esses pressupostos aos textos cristãos e respetiva identidade, da qual resultará uma conceção aberta, quer dos textos quer das identidades. Concluiremos com um esboço de uma contextualização da identidade construída a partir dos textos, na era da imagem, com toda a sua problemática.

1.1.1. A busca de identidade

Todos conseguimos compreender que toda a pessoa é única e singular, isto é, diferente de qualquer outra pessoa. A questão da identidade veio adquirindo grande relevo, nomeadamente nos últimos dois séculos. A preocupação daqueles que estudaram este assunto deixou de ser a *questão do ser*, na sua manifestação cosmológica, ou na essência das coisas, até mesmo do ser humano, passando a focalizar na *existência e destino do ser*, chegando até, não ao destino da humanidade, mas de cada ser humano particularmente, no jogo constante da sua existência. Segundo a perspetiva existencialista¹²¹, “cada ser humano constrói-se a si mesmo, no processo de construção da sua identidade, e é nesse processo

¹²¹ Entende-se por existencialismo “qualquer filosofia que seja concebida e se exerça como análise da existência, desde que por «existência» se entenda o modo ser do ser do homem no mundo. O existencialismo é assim caracterizado, em primeiro lugar, pelo fato de questionar o modo de ser do homem; e, dado que entende este modo de ser como modo de ser no mundo, caracteriza-se em segundo lugar pelo fato de questionar o próprio «mundo», sem por isso, pressupor o ser como já dado ou constituído”. Nicola ABBAGNANO, *História da Filosofia*, tradução de Conceição Jardim, Eduardo Lúcio e Nuno Valadas, Editorial Presença, 4ª edição, Lisboa, 2001, 45.

essencialmente particular que se joga o destino de cada indivíduo, enquanto ser livre. O modo de ser de cada ser humano – isto é, a sua identidade particular, única e irrepetível – precede cronológica e ontologicamente a essência humana, na sua unidade abstrata”¹²².

Também, com o contributo da psicologia, podemos inferir que o ser humano anda constantemente à procura de se encontrar, de aprofundar o conhecimento da sua essência. Assim, podemos constatar que cada sujeito procura a sua identidade envolto numa sociedade em que o indivíduo se dissolve numa massa cada vez mais anónima. Esta busca da identidade, com recurso a terapias diversas e psiquismo de massas, desenvolve-se segundo um modelo herdado pela modernidade: o modelo subjetivo. Este modelo pretende que a identidade de cada um seja construída de forma absolutamente individual, sem recurso a nenhum tipo de relação, isolado de tudo e de todos. Ilustrando esta noção, Gilles Lipovetsky, afirma que:

“simultaneamente à revolução informática, as sociedades pós modernas conhecem uma «revolução interior» (...) um fascínio sem precedentes pelo auto-conhecimento e pela auto-realização, como prova a proliferação dos organismo psi, técnicas de expressão e comunicação, meditações e ginásticas orientais. (...) mesmo os mais duros (sobretudo esses) entre os ex-líderes contestatários sucumbem a tais encantos da *self-examination*. (...) no momento em que o crescimento económico se esgota, o desenvolvimento psíquico reveza-o. Canalizando as paixões no sentido do Eu, promovido assim à categoria de umbigo do mundo, a terapia psi, ainda que colorida de corporeidade e de filosofia oriental, gera uma figura inédita de Narciso, identificando-se doravante este com o homo psychologicus... Alargando deste modo o espaço da pessoa, incluindo todas as escórias no campo do sujeito, o inconsciente abre caminho a um narcisismo sem limites”¹²³.

¹²² João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 18.

¹²³ Gilles LIPOVETSKY, *A Era do Vazio*, tradução de Miguel Serras Pereira e Ana Luísa, Antopos, Relógio d'água, Lisboa, 1989, 51-52.

Ora, existe aqui um claro equívoco, relativamente a qualquer equilibrada procura e construção da identidade pessoal. Na verdade, “nenhuma identidade se constrói ou se descobre pelo isolamento, pela mera introversão, pela concentração do indivíduo em si mesmo. É o que se pode constatar, não apenas a partir do testemunho da psicologia, mas até mesmo do próprio conceito de identidade”¹²⁴. Só na relação com o outro é que se descobre a diferença e a particularidade de cada um.¹²⁵

A construção da identidade realiza-se na relação com os outros e, de forma concreta, na relação com todos aqueles que de um modo direto (pais, irmãos, professores, amigos, entre outros) se cruzam e interagem com o sujeito. Mas não podemos dissociar essa construção do tempo e do espaço em que está inserido. Isto significa que cada ser humano cresce dentro de um espaço cultural e num tempo em concreto que contribui, e de forma indelével, para a construção da sua identidade. Assim, “uma das dimensões da resposta do sujeito perante a interpelação da alteridade liga cada pessoa com o seu contexto cultural. Cada um é aquilo que é, como resultado da constante interação entre a sua idiossincrasia e o ambiente cultural. Aliás, não é possível, sequer, atingir o núcleo da identidade individual separadamente da sua identidade cultural, já que essas dimensões constituem um todo unitário na constituição identitária”¹²⁶.

Portanto, toda a pessoa humana constrói a sua identidade por relação a uma herança muito diversificada e complexa, a que podemos chamar, de forma muito genérica, tradição. Contrariando, o pensamento moderno, onde se pretendia afirmar que a construção da identidade era desenvolvida, exclusivamente, a partir do fundamento do cogito¹²⁷ interior e

¹²⁴ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 19.

¹²⁵ A “noção de diferença implica, necessariamente, uma relação, para se constituir como diferença e para ser percebida com tal.” - João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 19.

¹²⁶ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 19.

¹²⁷ Pensamento, reflexão, meditação. Define-se cogito como “Formula abreviada da expressão *cogito ergo sum*, tese da filos. Decartes e que representa o seu ponto de partida ou fundamento (*Discours de la methode*, A. T. VI 32) ou ainda a «verdade primeira e mais certa que se apresenta a quem conduz,

individual, sem qualquer relação com toda a tradição ou herança. Portanto, “podemos concluir que toda a identidade se constrói e se realiza num processo de relação à alteridade”¹²⁸. Torna-se necessário que a alteridade interpele a pessoa na construção da sua identidade. Mas essa alteridade, “enquanto tal, é sempre outra, por isso inefável e não captável pela intencionalidade do sujeito que dela pretende ter consciência. Como pode ela atingir o sujeito e provocá-lo à construção da sua identidade? Apenas em mediações de si, elas próprias outras, mas que permitem ao ser humano perceber a realidade que lhe é outra. De entre todas as mediações da alteridade, uma das mais importantes é a mediação textual”¹²⁹.

1.1.2. A mediação textual

Refletindo sobre a mediação textual, necessitamos de compreender o que significa o texto. Na verdade, João Duque, sugere que:

“Um texto é um têxtil, isto é, um tecido em que se cruzam e caminham em paralelo linhas diversas, para constituir um todo unitário, potencialmente sem princípio nem fim definíveis. Um texto tem uma história passada, um texto constitui uma história presente, um texto origina histórias futuras. E cada história possível, ligada a um texto, passa a constituir uma linha mais, no cruzamento das linhas que constituem o tecido textual”¹³⁰.

Uma pessoa, na sua identidade, é um tecido de histórias em relação com as histórias de outras pessoas, onde vai construindo a sua história presente e projetando histórias futuras, sejam elas imaginadas e ou até sonhadas. Portanto, cada um “de nós possui uma

ordenadamente os pensamentos» (Principia philosophiae, A. T. VII 17).” - Alexandre Fradique MORIJÃO, *Cogito*, in Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia, Logos, volume 1, Verbo, 1989, 1012-1013

¹²⁸ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 20.

¹²⁹ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 20.

¹³⁰ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 20.

pré-história, uma história (feita de histórias diversas) e uma pós-história, feita de possíveis em aberto. E não somos produtores absolutos ou proprietários exclusivos, nem sequer da nossa história, muito menos do que nos serve de pré-história ou do que será a «nossa» pós-história. Estamos, isso sim, «emaranhados em histórias», nossas e dos outros, sem que possamos distinguir muito claramente o que é nosso e o que é dos outros”¹³¹. Aqui se situa, no sentido mais estrito, a obra escrita, pois ela, em primeiro lugar, é um emaranhado, no seu tecido textual interno. Depois, porque está inserida no mundo e na relação com mundo e com os outros textos. Por fim, porque “constitui especial mediação da nossa inserção no emaranhado das histórias que constituem a história da Humanidade, isto é, que constituem a nossa identidade”¹³².

Prendendo-nos a este último aspeto, compreendemos que a construção da nossa identidade faz-se, de diversos modos, no interior neste tecido complexo de relações com todas as histórias que nos intercetam. Um desses modos, de grande importância, é estabelecido pela relação com textos diversos, “sobretudo no contexto da civilização da escrita, o texto tornou-se uma forma primordial de contato com as diversas formas de alteridade que constituem a nossa identidade”¹³³.

Nesse sentido, os textos narrativos são, por excelência, aqueles que se evidenciam, precisamente por relacionarem “de forma mais direta com a própria realidade da história, em histórias que configuram a nossa história, possibilitando a sua continuidade”¹³⁴. A construção da nossa identidade, enquanto processo dinâmico (desenrolado no tempo e no

¹³¹ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 20-21.

¹³² João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 21.

¹³³ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 21.

¹³⁴ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 21.

espaço), é um processo narrativo, o qual “inspirado nos textos narrativos, desenvolvido em contraponto com eles e dando origem a novos textos narrativos, infinitamente”¹³⁵.

Nesta relação com os textos que influenciam e moldam a nossa identidade, inserimo-nos numa tradição textual, isto é, “no tecido de uma história que se testemunha no tecido concreto de textos escritos”¹³⁶. Com esta noção, não queremos limitar a construção da nossa identidade a uma dissolução da nossa história nos textos fixos e acabados. É na “relação viva e dinâmica de interpretação, apropriação e aplicação desses textos, que abrem espaços novos de ser, originando outros textos ou a continuidade dos textos herdados. Essa relação é aquilo a que se pode chamar processo hermenêutico”¹³⁷.

Envolvidos neste processo hermenêutico, assumimos uma relação de pertença a uma tradição que fará intrinsecamente parte da construção da identidade do sujeito, tenha ele consciência disso ou não.¹³⁸ Existem, por outro lado, um conjunto de características que determinam a construção da identidade, relativamente a outras vias de identificação, como o caso do diálogo direto, através do discurso oral. Na verdade, a passagem do discurso oral ao discurso escrito torna-se o primeiro elemento importante para a fixação do discurso. Paul Ricoeur afirma que “o escrito conserva o discurso e faz dele um arquivo disponível

¹³⁵ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 21.

¹³⁶ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 21.

¹³⁷ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 21.

¹³⁸ Gadamer aprofunda o sentido de pertença a uma história anterior, onde a “forma de linguagem e o conteúdo da tradição não podem ser separados da experiência hermenêutica.” – Hans-Georg GADAMER, *Verdade e Método I, Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*, tradução Flávio Paulo Meurer, 8ª edição, Editora Vozes, 2007, 569. “A pertença a uma tradição, tal como se articula no cerne da experiência hermenêutica, realiza-se na constante interpretação e compreensão dessa mesma tradição – no interior da qual, a interpretação de textos e a pertença do interprete o texto constitui apenas uma modalidade (mesmo se, provavelmente, a mais básica de todas). Mas, simultaneamente e mais fundamentalmente, a pertença realiza-se na compreensão de nós mesmos como seres que pertencemos a uma tradição e cujo entender – até mesmo dessa própria pertença – se encontra irrevogavelmente relacionada co essa pertença. Nesse sentido, a existência humana, enquanto existência hermenêutica, é o diálogo com a tradição, o qual origina a nossa identidade, isto é, o nosso modo de ser. Este é, portanto, originariamente pertença”. - João DUQUE, *Da hermenêutica dos limites aos limites da hermenêutica: para uma leitura crítica de Gadamer*, in, H.-G. Gadamer: experiência, linguagem e interpretação, Colóquio, Universidade Católica Editora, Lisboa 2003, 75-76.

para memória individual e coletiva”¹³⁹. A efemeridade do discurso oral é ultrapassada pela estabilidade de um texto, “que permite às sucessivas gerações uma referência memorial originária, precisamente em relação ao texto”¹⁴⁰. Portanto, ajuda, a que “a transmissão de identidade não resulte tão facilmente em perda de identidade ou, pelo menos, na sua deturpação completa ou parcial”¹⁴¹.

Porém, “a forma como cada indivíduo e cada geração atualiza a memória arquivada no texto não é sempre a mesma”¹⁴². Por isso, necessitamos considerar as restantes alterações provocadas pela linguagem – e na relação com o mundo – através da passagem da fala à escrita, do discurso oral ao texto.

Assim, o texto torna-se autónomo, quer em relação ao locutor como ao escritor, pois o mundo que origina, torna-se um mundo em si mesmo articulado no conjunto dos seus textos, “sem referência direta às subjetividades autoras materiais desses mesmos textos”¹⁴³.

Com esta autonomia, cria-se a possibilidade, através do ato da leitura, da imersão no mundo do texto. No entanto, não é um ato isolado do leitor. Mediante a leitura, e sujeita ao «jogo» mundo contemporâneo, o leitor insere-se num processo hermenêutico onde, com o seu mundo, “compreende o mundo do texto e se compreende perante esse mundo, sendo marcado identitariamente por essa compreensão”¹⁴⁴. A relação com o texto, torna-se fonte de identidade, na imersão do leitor com esse mesmo texto. Por este processo hermenêutico faz-se com que o texto seja um instrumento de abertura ao futuro que o religa constantemente à história. A “mediação textual da identidade inaugura um processo

¹³⁹ Paul RICOEUR, *Do texto à ação*, Ed. Rés, Porto, 1991, 143.

¹⁴⁰ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 22.

¹⁴¹ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 22.

¹⁴² João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 22.

¹⁴³ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 22.

¹⁴⁴ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 22.

infinito – mas não arbitrário – de construção de identidades, presentes e futuras”¹⁴⁵. O texto torna-se, “o fundamental suporte da memória e da esperança, como pilares da história humana e da humanidade da história”¹⁴⁶.

Ora, a realidade de que fala o texto é uma realidade aberta às suas possibilidades. Levanta-se então a questão: O que é esta realidade do texto?

Se fosse apenas um reflexo de uma realidade “exterior” ao texto, seria uma deturpação da realidade em si mesmo. Isto significaria que, para conhecer essa realidade, ter-se-ia, através do texto, de se investigar para concluir a realidade que deu origem ao texto, inferindo o seu sentido originário relacionado com os acontecimentos e/ou ideologias que transmite.

Mas, a resposta à questão é mais complexa. Apesar dos acontecimentos e formulações que originaram o texto, após a sua passagem para o tecido textual, a realidade passa a ser parte integrante do texto, isto é, passa a ser o próprio texto. Assim, é no próprio texto, e não fora dele, que se encontra a realidade “original”; que se constrói identidades, a partir desse mesmo texto, da realidade do texto que é e do conjunto de identidades por ele possibilitadas. “O texto abre um sentido – uma direcção – para a história. Todas as possibilidades de sentidos particulares se inserem, doravante, nesse sentido aberto. Se não se inserem nessa direcção, deturpam o sentido do texto”¹⁴⁷. Mas, isto não limita, à partida, os sentidos particulares possíveis. Assim, coloca-se uma nova questão: perante o verdadeiro significado do texto “qual a *ordem* verdadeiramente desejável do texto?”¹⁴⁸

¹⁴⁵ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 23.

¹⁴⁶ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 23.

¹⁴⁷ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 24.

¹⁴⁸ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 24.

“É precisamente essa «ordem» ou «direcção» (sentido) do texto que marca a sua «realidade», o seu «mundo», o qual está na origem da identidade de quem se lhe refere”¹⁴⁹. Por isso, “não se trata de um processo fechado e acabado – um sentido definido de uma vez por todas – mas sim de um percurso em caminhos de que se conhece apenas o que foi aberto até então e, possivelmente, a direcção no sentido da qual é possível – e necessário – continuar a abrir”¹⁵⁰.

Aqui, aplica-se, de forma particular, a construção pessoal comunitária da identidade cristã, a partir dos seus textos fundamentais, nomeadamente os seus textos escriturísticos.

1.1.3. O texto cristão

A identidade cristã também se constrói por relação a textos. No entanto, o texto não é o fundamento último do cristianismo. Mas o cristianismo não se pode dissociar das mediações textuais que configuram a identidade cristã. Para compreendermos melhor essa mediação textual (conforme a que anteriormente foi apresentada), precisamos de partir de um conjunto de conceitos que se constroem a partir da raiz do texto.

Em primeiro lugar, “qualquer texto conhece um *pre-texto*”¹⁵¹. Nenhum texto surge do nada. “Corresponde a acontecimentos ou a ideias que, mesmo que eles próprios já estejam em relação a outros textos, não constituem ainda o texto em causa”¹⁵². No caso do texto cristão, o pretexto é a própria ação de Jesus. Assim, o texto surge no seio de um pretexto, em relação ao qual adquire significado. Mesmo assim não é fácil isolar o texto cristão, explicitando o seu início absoluto partindo de uma ação concreta, dos textos que o precedem e que “entram no tecido do novo texto, criando a sua realidade, que já é sempre

¹⁴⁹ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 24.

¹⁵⁰ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 24.

¹⁵¹ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 25.

¹⁵² João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 25.

interpretação crente da prática existencial em causa”¹⁵³. Assim, o *pre-texto* provém já de um texto sem significado em si mesmo, mas as suas novas possibilidades de sentido advém da prática de uma pessoa e, por isso, esse *pre-texto* será tornado texto.

A relação dos textos que precedem o texto cristão e a prática existencial que serviu de *pre-texto*, “constituem o *con-texto* desse mesmo texto”¹⁵⁴. Significa que o texto cristão engloba no seu tecido interno esses elementos. Neste contexto surge o novo texto, que, por outro lado, “passa a ser a mediação fundamental de vivência e construção de identidade cristã ao longo da história futura. Esta identidade desenvolve-se (...) a partir do interior do texto e no jogo do crente, em comunidade, com esse texto”¹⁵⁵. Assim, o texto “passa a ser o contexto primordial para a construção da identidade”¹⁵⁶. É precisamente aqui, dentro do texto, que o crente procura a essência da sua identidade e não fora dele. Acresce-se ainda, que a identidade cristã vai-se construindo, ao longo da história, “pela relação ao contexto do texto, que inserido em novos contextos, que são precisamente as situações práctico-existenciais – assim com «ideológicas» - diferentes em cada espaço em cada tempo, mesmo em cada cultura”¹⁵⁷. É nesta relação dinâmica que o texto entra num processo de exploração de sentidos, por relação a contextos novos que dinamizam a própria realidade que está contida no texto. Esses novos sentidos passam a fazer parte do texto, isto é, são elementos integrantes do contexto do texto e todas as identidades futuras integram, na relação com o texto, esses elementos do contexto.

Esses elementos passam a ser marcantes para a identidade cristã porque são assumidos implicitamente pelo texto, sem, no entanto, alterar esse mesmo texto. Por isso, “a relação identificante de cada cristão ou comunidade cristã ao texto é, sempre e

¹⁵³ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 25.

¹⁵⁴ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 25.

¹⁵⁵ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 25.

¹⁵⁶ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 25.

¹⁵⁷ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 26.

primordialmente, a relação ao seu interior, isto é, ao tecido textual enquanto tal – e não a todo o tipo de elementos externos, mesmo que esses não possam ser descurados”¹⁵⁸.

Com o processo hermenêutico de interpretação do texto e construção de identidade cristã, a referência primordial é o *intra-texto*, isto é, o texto em si mesmo, com todos os elementos construídos pela tradição da identidade cristã. É no interior do texto que se procura o sentido próprio do texto que se constitui com referência central de todo o processo hermenêutico.

Mas, perante esta mediação textual onde se constrói a identidade cristã encontra-se a identidade relacional onde se percebe que não se encontra fechada, em contexto limitado, sem interferência do exterior. “A universalidade do cristianismo, que se vive enquanto relação aos outros diferentes, constituindo a sua identidade fundamental, implica que o texto seja considerado na sua dimensão de *inter-texto*”¹⁵⁹.

Verificamos que o texto cristão não é único, isto é, uma unidade textual, mas um conjunto de textos que se relacionam entre si, complementando-se e até criticando-se. “Por isso, a identidade cristã daí resultante é uma identidade relacional já no próprio processo hermenêutico de interpretação e aplicação dos textos”¹⁶⁰. Assim, nenhum texto cristão é fechado em si mesmo. Só é perceptível na relação com os textos das antigas Escrituras, isto é, na relação intertextual com os textos precedentes. Estes textos só adquirem significado se forem lidos, intertextualmente, na sua relação ao novo texto, que emerge da prática existencial de Jesus que constantemente praticou a intertextualidade.

Pela universalidade relacional inaugurada pelo texto cristão, a relação com outros textos não escriturísticos passam a ter grande relevância, para, precisamente, não encerrar o texto cristão, no contexto do seu *intra-texto*. Então, a relação com os textos filosóficos

¹⁵⁸ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 26.

¹⁵⁹ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 26.

¹⁶⁰ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 26.

gregos, mesmo que por vezes tenha havido o perigo de desvirtuar a identidade cristã, tornou-se uma referência fundamental. Salienta-se que a intertextualidade cristã tem assumido um papel relevante no contato com outras culturas e religiões quer no diálogo inter-religioso, quer no processo de inculturação do cristianismo nessas culturas.

Além de tudo isto, ainda existe uma relação “exterior” mais fundamental. Não podemos esquecer que, o texto cristão não constitui, em si mesmo, princípio e fim último do Cristianismo, mas devemos relevar a importância do seu papel mediador. É por ele, que o ser humano se torna cristão, pois é mediador da relação Àquele que se constitui como princípio e fim da nossa fé. Portanto, é no tecido do texto que surge a referência ao *extra-texto* ou *para-texto*. Encontramos, assim, Deus, que não é o texto, nem se reduz à letra e aos limites do texto, mas que é presença (*extra-texto*) constante, na relação do cristianismo com o seu texto identificante.

Compreende-se, então, a razão pela qual se afirma que o cristianismo não é religião do livro, “pois o texto não é o seu centro – mesmo que, na realidade concreta da sua identidade, ele esteja no centro”¹⁶¹.

Por fim, torna-se pertinente refletir sobre o *hiper-texto*. Num sentido puramente teológico, concluiríamos da mesma forma que nos referimos anteriormente ao *para-texto*. Mas, olhando para o seu significado técnico e no contexto específico da *net*, as conclusões seriam mais vastas. No entanto, o autor deste artigo limita a sua reflexão a três aspetos.

Em primeiro lugar, questionamos o que é o *hiper-texto*. Será isto um texto? Na verdade, se é apenas uma ideia abstrata para a qual conflui um tecido textual que não encerra em si um texto, então, torna-se problemático para a construção da identidade, pois a pessoa não imerge em nenhum texto concreto, mas navega de conceito em conceito, de

¹⁶¹ João DUQUE, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31, 28.

palavra em palavra, de uma forma meramente, aleatória. Daí, vulgarmente designa-se navegar na *net*.

A partir daqui levanta-se a questão da possibilidade de construção da identidade em relação ao *hyper-texto*. Não existindo uma clara referência e relação a um texto particular, a identidade constrói-se através de uma junção de “peças” sem fim. Este processo desenvolve um constante trajeto sem fim e rumo, onde não se encontra, por um lado, estabilidade, e por outro lado, uma referência e critérios concretos. Este percurso é apenas perceptível pelo sujeito individual. Se se constrói uma identidade sem qualquer referência concreta, poderá levar o sujeito à perda da identidade própria e herdada.

Com esta reflexão e ao olharmos para o mundo contemporâneo, podemos perguntar se hoje, o texto continua a estar no centro da nossa cultura e da forma como se constrói identidades.

1.1.4. Texto e imagem

Cada vez mais notamos que vivemos numa civilização marcada pela imagem e pouco influenciada pelo texto. É facto que já ouvimos muitas vezes a expressão “*uma imagem vale mais que mil palavras*”, mas numa reflexão mais aprofundada, compreende-se que a formação da identidade pela imagem é distinta daquela que é realizada por um texto. Assim, de forma sucinta, o autor aponta alguns dados fundamentais.

A imagem provoca, na construção da identidade, uma aprendizagem por impregnação. Se nos focalizamos na questão da educação, este processo dá-se de três modos: impregnação, atividade e transmissão. Liliane Murçat afirma a este respeito que a “aprendizagem por impregnação tem um grande poder, opera com mais eficácia no início da vida e, de forma mais geral, em qualquer circunstância que não exija a consciência de

que se está a aprender”¹⁶². E dá o exemplo da televisão: “A criança, constantemente sozinha frente ao ecrã, pode criar o hábito de interpretar o que vê segundo pressupostos pessoais”¹⁶³.

Com a aprendizagem pela atividade, o processo é distinto, pois realiza-se pela ação sobre as coisas e através da leitura. Pelo processo da leitura, o leitor apropria-se do texto, entrando no mundo do texto, deixando-se, deste modo, transformar-se e ao mesmo tempo vai formando a sua identidade, desenvolvendo, de forma crítica até, a estrutura do seu pensamento, que marcará a sua identidade pessoal.

Na relação interpessoal, ao ser humano é exigido um desenvolvimento dessa capacidade de pensamento, assim como a capacidade argumentativa, a fim de poder ter a capacidade de diálogo. Caso contrário, haveria apenas uma imposição ou subjugação sobre o outro.

Assim, surge a necessidade de refletir se a perda do hábito de leitura não criará identidades acríticas e facilmente subjugáveis a ideologias mais fortes. Percebe-se então, a importância dos textos na construção da identidade.

Também é assim, na construção da identidade cristã. O cristianismo recorre muitas vezes ao uso, por vezes abusivo, da imagem, como forma de transmissão da identidade. Corre-se o perigo de aqueles a recebem, a acolham de forma acrítica e apática, sem compreender o seu significado. Este processo de impregnação pode tornar-se problemático, pois pode contradizer a própria identidade cristã. O regresso às fontes, nomeadamente, ao texto escriturísticos torna-se fundamental, não deixando porém, o recurso à imagem, mas apenas como complemento ou ilustração.

¹⁶² Liliâne LURÇAT, *Tempos cativos*, Lisboa: Ed. 70, 1998, 53.

¹⁶³ Liliâne LURÇAT, *Tempos cativos*, Lisboa: Ed. 70, 1998, 53.

Ao mesmo tempo, notamos que a civilização da imagem é uma civilização fugaz. O que podemos inferir, é que a imagem não marca, não se mantém como base de uma identidade a transmitir com continuidade. Na verdade, o que sucede é que a imagem substitui-se constantemente e de forma aleatória, não deixando sequer criar raízes, nem deixa adquirir significado identificante estável. Fazem apenas refletir culturas fragmentadas, sem qualquer identidade que seja suficientemente estável.

Claramente, isto leva-nos a crises de identidade culturais, onde não existem referências textuais que conduzam a um conjunto de valores fundamentais, que seja identificante para a maioria dos nossos contemporâneos.

Note-se que a referência aos textos da Escritura, que marcou durante séculos o processo de construção da identidade europeia, assim com outros textos fundamentais, deixaram de ser referenciais para a cultura de hoje.

Denotamos que até a ação publicitária usa de forma “descartável” a referência a textos marcantes da nossa identidade e depois substitui-os por outros de menor importância ou até mesmo, por outros que nada têm a ver com a nossa cultura herdada.

Mais uma vez saliento que, perante isto, é normal que existam crises de identidade, onde a busca incessante por elementos que ajudem na construção da identidade vai-se repetindo de imagem em imagem sem nexos de forma completamente aleatória e banal.

Torna-se necessário tomar consciência desta situação e das suas causas. Necessitamos de propor, como método, o regresso a uma confrontação textual para evitar identidades acríticas. Esta mediação é essencial na escrita e na leitura. O reverso desta medalha, pode ser o caminho do fundamentalismo.

Devemos e podemos apresentar a proposta cristã de construção de identidade, por referência aos textos, particularmente da Escritura, de forma dinâmica e de interação com

esses textos, pois só com esse processo complexo e inacabado, poderemos descobrir o que somos, como cristãos e seres humanos, assim com aquilo que devemos ser.

2. A cultura pós moderna: desafios para a Educação Moral e Religiosa

Uma grande problemática dos dias de hoje: compreender o contexto cultural dos jovens e perceber qual o impacto sobre a educação religiosa escolar. Neste sentido, apresentarei alguns contributos de alguns autores espanhóis que estudaram a cultura pós-moderna, assim como a reflexão realizada por Deolinda Serralheiro neste âmbito.

Comecemos por colocar esta questão. O que é a pós modernidade?

José Maria Mardones diz-nos que a pós-modernidade quer ser uma reescrita da sociedade e da cultura moderna. De uma outra forma mais simplificada, pretende ser um corte superador com a modernidade, eliminando a conceção da razão, da história, da sociedade, do Homem e da arte que até então era dominado pela modernidade. Toda esta revolução cultural vem para sacudir com os alicerces das instituições modernas, incluindo a da religião.¹⁶⁴

Neste sentido, a pós-modernidade levanta novas e pertinentes questões ao cristianismo e, de um modo particular, à Igreja Católica e ao anúncio da mensagem evangélica no contexto da educação religiosa escolar. A pós-modernidade ao criticar um período histórico marcado pela supremacia da razão em detrimento de outros aspetos antropológicos, vem, ao mesmo tempo, valorizando alguns aspetos do ser e do agir humano. No entanto, a cultura atual continua a manifestar interesse em descobrir Jesus Cristo e a sua mensagem, que se caracteriza por ser atemporal e transcultural. Cabe, assim à

¹⁶⁴ Cf. José Maria MARDONES, *Postmodernidad y cristianismo: el desafío del fragmento*, Sal Terrae, Santander, 1988, 17.

Igreja e, de modo particular, à educação religiosa escolar encontrar uma resposta adequada que saiba dialogar com esta mudança cultural.¹⁶⁵

Este predomínio da razão instrumental, a qual se designou por progresso, levou a um conjunto de fatores, onde prevaleceram sempre os fins, não olhando a meios que, muitas vezes, prejudicou e foram contrários aos valores humanos, deteriorando até a dignidade humana. Este facto gerou uma grande frustração na consciência da humanidade principalmente naquela que é chamada “desenvolvida” e provocou uma atitude de desconfiança perante a razão e o progresso.

Em resposta a este estado da sociedade surge uma nova atitude social, como já anteriormente afirmado, que rejeita a razão, enfatizando elementos não racionais e subjetivos. Assim, trata-se, antes de mais, de viver o presente imediato em contraposição da vivência em ordem ao futuro. Mardones classifica o pensamento pós-moderno como uma expressão da sensibilidade de uma época que gosta da fragmentação, da diferença e acentua a subjetividade.¹⁶⁶ De outra forma, Luis Gonzalez Carvajal infere:

“O indivíduo pós-moderno, submetido a uma avalanche de informações e estímulos de estruturar, faz da necessidade virtude e opta por uma vagabundagem incerta de umas ideias a outras (...) O pós-moderno não se agarra a nada, não tem certezas absolutas, nada o surpreende e as suas opiniões são suscetíveis de modificações rápidas”¹⁶⁷.

Desta forma, é imperioso, que perante este pensamento pós-moderno, se tenha uma atitude de diálogo com os sinais dos tempos, como se afirma na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, pois esta cultura continua a aspirar ouvir uma palavra portadora de

¹⁶⁵ Cf. Deolinda SERRALHEIRO, *O Ato Educativo Religioso e Moral*, Educar na fé hoje, SNEC, 1996, 67.

¹⁶⁶ Para um aprofundamento desta noção de fragmentação da razão ver: José Maria MARDONES, *Postmodernidad y cristianismo: el desafío del fragmento*, Sal Terrae, Santander, 1988, 19-25.

¹⁶⁷ Luís Gonzalez CARVAJAL, *Ideas y Creencias de Hombre Actual*, Sal Terrae, Santander, 1991, 170.

novidade do Espírito para a Igreja e para o mundo. De facto, como mostra-nos a História da Igreja, a mudança cultural na Igreja acontece através do diálogo com a cultura laica do nosso tempo¹⁶⁸.

Tendo como ponto de partida, a fragmentação, a diferença e a subjetividade, que, como já vimos, classifica o pensamento pós-moderno, procuremos ver quais as consequências que advêm para a educação religiosa.

2.1. *A luta contra os ídolos*

Jean-François Lyotard afirma que no pensamento pós-moderno há uma autêntica cruzada contra os ídolos dentro de toda a experiência religiosa e, concretamente, no cristianismo.¹⁶⁹ Trata-se de uma campanha pós-moderna contra a metafísica moderna, ou de outro modo, o pensamento do fundamento. Esta atitude conduz a um ceticismo face à razão, mas este desencantamento da razão não equivale ao ceticismo perante a vida, a realidade e o mistério. A atitude pós-moderna postula constantemente, uma abertura à realidade, ao manancial da vida e do ser, que se julga fechado pelo conceptualismo e pela lógica moderna ocidental. É contra este encadeamento dessecador, fechado, que se faz esta luta anti-metafísica e anti-fundamentadora. O pensamento pós-moderno é um ceticismo racional que tem uma grande confiança nas raízes da vida e da realidade.¹⁷⁰

Neste sentido, ao prestarmos atenção à riqueza dos «jogos de linguagem», verificamos que esta se alarga em leques de variedade, quase inesgotáveis, de circunstâncias vitais e de projetos humanos de vida, de subculturas e de tradições, que

¹⁶⁸ Cf. José Maria MARDONES, *Postmodernidad y cristianismo: el desafío del fragmento*, Sal Terrae, Santander, 1988, 99.

¹⁶⁹ Jean-Francois LYOTARD, *La postmodernidad (explicada a los niños)*, Gedisa, Barcelona, 1986, 26.

¹⁷⁰ Cf. José Maria MARDONES, *Postmodernidad y cristianismo: el desafío del fragmento*, Sal Terrae, Santander, 1988, 100.

contrastam com a racionalidade metafísica, objetivante e uniformizadora.¹⁷¹ Assim, a própria razão abre-se ao diálogo na procura dos melhores argumentos com o objetivo de encontrar, amplamente, as soluções que mais se adequam para o interesse de todos. As diferenças encontradas e a recusa da metafísica da presença desencadeiam uma luta contra os ídolos do absoluto, conhecidos por toda a história da teologia e dos nossos contemporâneos.

Nesta desconstrução, que o pensamento pós-moderno evidencia, aliada à superação da metafísica da presença, contesta a nossa cultura moderna ocidental tecnicizada que procura, constantemente, assumir uma teoria objetiva da realidade que quer dominar Deus. “Estar despertos a este perigo, supõe uma predisposição a realizar bem a tarefa de falar de Deus e libertar-se dos seus próprios ídolos”¹⁷². Neste sentido, continuando o pensamento de Mardones que se substancia na advertência nietzschiana do crepúsculo dos ídolos, nós já ultrapassamos o ídolo do Deus moral, mas não os ídolos conceptuais, e o pensamento pós-moderno salientando Heidegger responde que só na diferença ontológica é que está o Ser (Deus, Absoluto).¹⁷³

Num mundo onde a razão impera e tudo pode ser explicado pelos métodos científicos, não existe lugar para o ser verdadeiramente «misterioso». Deus não tem lugar. Torna-se necessária uma hermenêutica aberta da presença de Deus, que se manifesta nas diferentes culturas e expressões, na certeza porém, de que estas nunca poderão atingir a imagem, o símbolo e o conceito definitivo de Deus. Trata-se de uma palavra frágil sobre

¹⁷¹ Cf. Jean-Francois LYOTARD, *La postmodernidad (explicada a los niños)*, Gedisa, Barcelona, 1986, 26, citado por José Maria MARDONES, *Postmodernidad y cristianismo: el desafío del fragmento*, Sal Terrae, Santander, 1988, 100-101.

¹⁷² José Maria MARDONES, *Postmodernidad y cristianismo: el desafío del fragmento*, Sal Terrae, Santander, 1988, 102.

¹⁷³ Não há modo de falar diretamente de Deus, por isso, há que ultrapassar a tentação de falar objetivamente do Ser, do Absoluto, que é autêntica esquecida e uma marginalização idolátrica de Deus. Cf. Martin Hiedegger, *Introducción a la metafísica*, Nova, Buenos Aires, 1980, 228.

Deus que é sempre dialógica, situada numa cultura e limitada por ela, no entanto é condição para a abertura ao Ser. “É uma espécie de «maiêutica histórica» sempre em processo, através da qual sabemos que estamos diante do Ser, que nos chama sem cessar”¹⁷⁴. Por fim, a aceitação da crítica radical do pensamento da representação e à renúncia definitiva de o aplicar a Deus, com o objetivo de aceder ao âmbito do amor, é contestada pelo pensamento pós-moderno. Supõe, então, uma referência a Deus como um Tu e abandonar-se à influência do amor.

É na tradição evangélica que encontramos esta via. “Jesus não tratou de conceptualizar o mistério de Deus: em Deus permanece mistério insondável. Mas, utilizou a via do amor para revelar algo do que é Deus e a Sua entrega, sem reservas a Deus, na Cruz, indica o caminho de acesso a Deus, sem desvios idolátricos”¹⁷⁵.

No entanto, o pensamento pós-moderno pode dar origem a atitudes místicas. A relatividade de qualquer discurso termina numa entrega confiante, silenciosa relativamente aos conceitos, desprendida de todas as coisas, numa abertura ao mistério. O pensamento pós-moderno como que quer girar em torno do conceito da “generosidade do ser”, desde a atitude dominadora da razão funcionalista à fruitiva que gosta do dom de si mesmo.¹⁷⁶ “A defesa do mistério é uma alternativa cultural que lembra hoje à religião cristã a importância crítica e emancipadora do seu testemunho de Deus amor, no seio de uma sociedade consumista e insaciável de coisas”¹⁷⁷.

¹⁷⁴ Deolinda SERRALHEIRO, *O Ato Educativo Religioso e Moral*, Educar na fé hoje, SNEC, 1996, 70.

¹⁷⁵ José Maria MARDONES, *Postmodernidad y cristianismo: el desafío del fragmento*, Sal Terrae, Santander, 1988, 104.

¹⁷⁶ Cf. José Maria MARDONES, *Postmodernidad y cristianismo: el desafío del fragmento*, Sal Terrae, Santander, 1988, 110.

¹⁷⁷ Deolinda SERRALHEIRO, *O Ato Educativo Religioso e Moral*, Educar na fé hoje, SNEC, 1996, 70-71.

2.2. *O primado da experiência*

Como temos verificado, o pensamento pós-moderno acentua a supremacia da experiência. Assim, a questão da abertura ao mistério pede uma entrega desprendida, preferindo a vivência da experiência do manancial da vida.

Na tradição cristã existe uma predominância da vida da fé em detrimento da «teorização» da mesma. A verdade experiencial penetra mais profundamente na realidade do Absoluto que o pensamento discursivo. Onde a palavra (dabar) termina, avança o Espírito (ruah).¹⁷⁸ No entanto, a experiência não se contrapõe ao conhecimento, porque ela é sabedoria do amor, pois está em perfeita adequação com a abertura ao mistério da realidade e à adesão ao dom.

Na verdade, a fé cresce mais com a prática e a experiência do que com a argumentação e a justificação racional crente. “Ainda que esta tenha sempre uma função crítica importante, a fé exige uma experiência pessoal, onde o testemunho do outro que transmite a narrativa não senão uma mediação, embora imprescindível”¹⁷⁹.

Perante estes desafios da pós-modernidade, cabe à educação religiosa procurar novas práticas pedagógicas de fé e novas experiências comunitárias, onde se ponha mais em prática a vivência da solidariedade com os pobres e mais fracos em detrimento da necessidade consumista presente.

2.3. *Deus e a cultura moderna e pós-moderna*

A cultura moderna é cada vez mais caracterizada pelo processo de crescimento industrial e técnico-científico que parece estar cada vez automatizada e autonomizada e ao mesmo tempo parecer escapar ao controlo social. Assim, a crítica pós-moderna acentua a

¹⁷⁸ Cf. José Maria MARDONES, *Postmodernidad y cristianismo: el desafío del fragmento*, Sal Terrae, Santander, 1988, 111.

¹⁷⁹ Deolinda SERRALHEIRO, *O Ato Educativo Religioso e Moral*, Educar na fé hoje, SNEC, 1996, 71.

recusa desta dinâmica da modernização e dos seus valores correspondentes.¹⁸⁰ Mardones evidencia,

“A crítica pós-moderna serve para libertar o Deus de Jesus Cristo da tirania de uma cultura. Na verdade, sem cultura, não existe coletividade nem indivíduo, nem tão pouco religião e linguagem sobre Deus. Mas o Deus de Jesus Cristo não é património exclusivo de uma cultura, de uma concepção ou de um tempo, mas ultrapassa-os a todos”¹⁸¹.

Significa então, que o dinamismo da fé cristã assenta, não em dados culturais, mas, numa dialética que os reduz numa mediação provisória e se abre continuamente numa procura da menor deturpação e da melhor expressão. Esta dialética valoriza a mediação, mas também a critica e a destrói nas suas pretensões do absoluto; no entanto, propicia um diálogo permanente com qualquer cultura. Neste sentido, abre-se ao Espírito no seio das ambiguidades da história.

Assim, o pensamento pós-moderno, enquanto crítica ao projeto moderno, contribui para que o cristianismo relativize a cultura moderna e ajude a perceber melhor os seus inegáveis compromissos culturais com a modernidade que podem ser, por vezes, bem contrários ao Deus de Jesus Cristo. O pensamento pós-moderno chama a atenção para as tendências e os valores de uma determinada época e para não “exercermos funções que legitimem um projeto cuja racionalidade esteja em causa e, mais ainda, onde a pessoa humana não é respeitada”¹⁸².

¹⁸⁰ Cf. José Maria MARDONES, *Postmodernidad y cristianismo: el desafío del fragmento*, Sal Terrae, Santander, 1988, 115.

¹⁸¹ José Maria MARDONES, *Postmodernidad y cristianismo: el desafío del fragmento*, Sal Terrae, Santander, 1988, 116.

¹⁸² Deolinda SERRALHEIRO, *O Ato Educativo Religioso e Moral*, Educar na fé hoje, SNEC, 1996, 72.

2.4. *A religiosidade pós-moderna*

A realidade religiosa pós-moderna torna-se perceptível um conjunto de sintomas, que Mardones denomina como “a década de oitenta” e apresenta diferenças notáveis em relação à sensibilidade da década de 65-75, do século passado. Se nesse período predominou, entre os diferentes grupos chamados “comunidades de base”, uma tendência ao compromisso político e a fazer da fé um elemento impulsionador do contributo social, hoje encontramos um panorama distinto. Parece que a utopia cristã não sente a necessidade de fazer-se historicamente credível senão permanecendo na esfera exclusivamente religiosa. Assim, constatamos que estamos perante uma religiosidade que não propõe aos seus crentes senão fins espirituais e religiosos. “Podemos supor que hoje pede-se à religião que preencha o vazio deixado pelo fracasso da utopia moderna. Surge aqui um traço crítico pós-moderno que encontraria, na religião, um dos vetores institucionais onde se cristaliza e se exprime, em grande maiorias não intelectuais, o mal-estar da modernidade”¹⁸³. Questiona-se não só os valores da modernidade como a racionalização, o pragmatismo, a organização, entre outros, como também o estilo de vida, os imperativos éticos e intelectuais, que estão na génese do desenvolvimento moderno ocidental que é o progresso, o desenvolvimento técnico-científico e a expansão do consumo.

Neste sentido, podemos questionar se o surgimento de uma série de tendências religiosas pós-modernas são uma regressão ou um contributo para a religião. Não esquecendo a importância do pensamento pós-moderno na revitalização da compreensão cristã de Deus, na luta contra os ídolos e na recuperação da experiência como caminho privilegiado de acesso às questões últimas do sentido da realidade e da vida, a pós-modernidade questiona uma religião burocratizada, que desconhece a importância das

¹⁸³ Deolinda SERRALHEIRO, *O Ato Educativo Religioso e Moral*, Educar na fé hoje, SNEC, 1996, 73.

relações humanas e da afetividade, recusando fazer da religião um instrumento ao serviço do projeto moderno, descobrindo o sentido religioso em si mesmo.

Porém, devemos ter em conta alguns perigos: “fazer da tradição cristã uma «fé à lista», contestar o modernismo mediante uma linguagem apocalíptica de catástrofe e, sobretudo, contestar o modernismo por uma religiosidade cristã tão concentrada no espiritual que desconhecesse a realidade do cristianismo. Porque a salvação realiza-se na realidade mundana e não exclusivamente no sentimento dos crentes”¹⁸⁴.

Assim, a “experiência religiosa cristã une a oração à política, a contemplação ao compromisso”¹⁸⁵.

Por isso, a educação religiosa cristã deve manter, ao mesmo tempo, as dimensões que abrangem o ser humano, isto é, saber, saber-fazer e o saber-ser, com o objetivo de que todas as aprendizagens contribuam para a unidade da vida pessoal, numa abertura ao Transcendente e ao outro.

3. Contributo para uma planificação de aula(s)

Pretendemos, neste momento, apresentar um contributo concreto de aplicação em contexto de sala de aula da utilização de texto bíblico. Neste sentido, desejamos explorar, na Unidade 1 do 7º Ano de Escolaridade, a perspetiva cristã da criação.

Assim, não fazendo aqui uma planificação total da Unidade, pois não é esse o objetivo, pretendemos focalizar-nos, apenas, na perspetiva cristã e, de modo particular, nos textos da criação apresentados no manual do aluno, logo após o estudo das cosmogonias.

Conforme o anexo 2, relembrando, no início da aula, o confronto entre a visão evolucionista e a visão fixista, introduzimos, agora a visão cristã. No entanto, torna-se

¹⁸⁴ Deolinda SERRALHEIRO, *O Ato Educativo Religioso e Moral*, Educar na fé hoje, SNEC, 1996, 73-74.

¹⁸⁵ José Maria MARDONES, *Postmodernidad y cristianismo: el desafío del fragmento*, Sal Terrae, Santander, 1988, 130.

necessário situar historicamente, tanto no espaço (geograficamente) como no tempo, o povo da origem desta mesma visão.

(Re)Descobrimo o povo de Israel, nomeadamente, desde a sua origem em Abraão à libertação do cativo do Egito, propõe-se ao aluno entrar no «mundo» daquele povo e percecionando a experiência da vida (de fé) desse mesmo povo. Assim, compreende a forma como o povo de Israel se relaciona com Deus e a forma como relata nos seus textos. Seguidamente, consolida estes conhecimentos com a realização, individualmente, da ficha nº 7 do caderno do aluno.

Depois da correção da ficha, partimos para a exploração da estrutura dos textos sagrados sobre as origens, salientando a importância da forma de interpretação dos textos bíblicos. Neste sentido, visa-se verificar a crítica textual, com as particularidades linguísticas e os géneros literários, processo que designamos por crítica literária, inserida num contexto cultural e histórico próprios que chamamos de crítica histórica. No entanto, torna-se também necessário salientar a postura do leitor face ao texto, isto é, fazer com que o aluno perceba que a forma como se coloca perante o texto (crente, ateu, indiferente) influenciará a sua perspectiva desse mesmo texto.

Seguidamente, faz-se a leitura dos textos do livro do Génesis (Gn 1,1-4.6.9.11.20.25-29.31; Gn 2,1-5.7-8.18.24) propostos no manual na página 28, onde alguns alunos vão lendo, em voz alta, para a turma. Realizada a leitura, os alunos, em trabalho de pares, procuram encontrar diferenças entre os dois textos. Termina-se a aula registando as diferenças encontradas pelos alunos.

A aula seguinte começa pela recapitulação das diferenças encontradas. Depois, começa-se um estudo sistemático desses textos, primeiramente, estudando a formação do livro do Génesis, percebendo a simbólica que carrega. Fazemos aqui uma pequena alteração à ordem do manual, em que apresentamos as tradições dos dois textos que se

encontra nas páginas 35 e 36 do manual do aluno. Seguidamente, destaca-se o género literário e o sentido profundo de fé expresso pelos autores dos textos. Salienta-se a importância da linguagem das imagens, traduzindo os elementos simbólicos nas narrativas da criação.

Daqui, partimos para a percepção do aluno do significado e do valor destas narrativas.

Concluimos a aula com a realização da ficha nº 10 do caderno de atividades do aluno, em pequenos grupos de 4 alunos, realizando, depois, um pequeno plenário para confrontar as respostas.

CONCLUSÃO

“A influência da Bíblia também acompanhou naturalmente com os seus motivos a trajetória da literatura portuguesas, desde as origens até à atualidade. O seu uso generalizado exerceu influência, sem limites determináveis, em pregadores e ouvintes, escritores e leitores. Todos falaram, modelaram e enriqueceram a língua alimentando-se direta ou indiretamente na Bíblia”¹⁸⁶.

A escola tem como tarefa primordial educar para o bem comum, para a colaboração e paz entre os povos, grupo de pessoas e comunidades interculturais. A cultura religiosa apresentada pela Bíblia favorece da maneira mais eficaz esse espírito universalista, pacificador, elevado e integrador de tudo o que sejam valores humanos. O estudo deste património cultural que a Bíblia contém vai conseguindo eliminar de forma progressiva preconceitos e incompreensões, favorecendo um melhor conhecimento do património comum de humanidade e dignidade que a todos pode unir. Com uma função provocante, apelativa, a leitura e o estudo da Bíblia oferece respostas para os problemas de sempre, interroga e sugere, aconselha e liberta, mantendo o leitor sempre à escuta e na interpelação.

“Desde a infância conheces a Sagrada Escritura, que te pode instruir, em ordem à salvação pela fé em Cristo Jesus. De facto, toda a Escritura é inspirada por Deus e adequada para ensinar, refutar, corrigir e educar na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e esteja preparado para toda a obra boa” (2Tm 3,15-7). Além de ajudar a compreender o mundo e a sua organização, a Bíblia, visa precisamente tornar o mundo mais humano. Ajuda o ser humano na procura constante da sua verdade plena e enceta caminhos que as ciências não são capazes de percorrer.

¹⁸⁶ José Tolentino MENDONÇA, *A mediação cultural, um novo contexto para a transmissão religiosa*, in COMMUNIO, nº4, 33 (2006).

Por isso, se o objetivo da escola é capacitar o aluno com os conhecimentos básicos para estabelecer relações entre as várias componentes da cultura, de modo que essa relação seja criativa e fecunda, a falta, nesses conhecimentos, da matriz cultural que a Bíblia foi para o Ocidente, limita essa rede interativa na pessoa em formação ou já formada. Esta falta “é a ameaça cada vez mais sensível duma perda da herança coletiva, duma rutura memória nacional e europeia”¹⁸⁷.

Constata-se que é natural continuar a refletir que a formação integral dos alunos esteja assente no pilar «único» da educação científica. Mas, se esta formação, se deixar complementar por uma educação religiosa, certamente ambas exercerão uma maior influência positivista na história humana.

Por isso, novos desafios são abertos à disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica. Esta tem a obrigação de ser ponte de diálogo entre a fé e a cultura. Por isso, deve assumir a Bíblia como elemento de referência primordial; deve apontar ao aluno, na complexa tarefa da descoberta de si mesmo, na educação para a liberdade e na afirmação como pessoas autónomas, pontos de referência que na própria Bíblia encontra. Com a complementaridade da Bíblia numa aula e a ciência noutra, o aluno consegue aprender melhor o significado e a significância do amor, a capacidade de se dar, o perdão gratuito, o acolhimento, o intercâmbio, tudo valores que contribuem para a construção de um mundo melhor, mais justo e mais fraterno.¹⁸⁸

Na sua leitura, o *livro* da Bíblia exprime a verdade do *livro* do ser humano que eu sou diante dos outros.

¹⁸⁷ Regis DEBRAY, *Deus, um itinerário, Materiais para a história do Eterno no Ocidente*, Ambar, Porto, 2002, 13.

¹⁸⁸ Cf. Armindo dos Santo VAZ, *A Bíblia, Património cultural e formativo*, in *Communio*, 23(2006), 443-454.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola, *História da Filosofia*, tradução de Conceição Jardim, Eduardo Lúcio e Nuno Valadas, Editorial Presença, 4ª edição, Lisboa, 2001.

ARTOLA, António, *Biblia y Palabra de Dios*, Editorial Verbo Divino, Estella, 1989.

ASSEMBLEIA PLENÁRIA DA CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, 184ª, esta proposta já se encontra entregue e estão a ser elaborados os novos manuais. [Consultado em 25-06-2014], disponível em http://diocesebm.pt/wp-content/uploads/2012/01/APabril2014_Comunicado_Final_final.pdf.

BENTO XVI, *Carta à diocese e à Cidade de Roma sobre a tarefa urgente da Educação*, 2008, [Consultado em 25-06-2014], disponível em http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/letters/2008/documents/hf_ben-xvi_let_20080121_educazione_po.html.

BENTO XVI, *Discurso aos homens de cultura no «Collège des Bernardins» de Paris* (12 de Setembro de 2008): AAS 100 (2008).

BENTO XVI, *Exortação Apostólica Pós-sinodal “VERBUM DOMINI”*, Libreria Editrice Vaticana, 2010.

CARVAJAL, Luís Gonzalez, *Ideas y Creencias de Hombre Actual*, Sal Terrae, Santander, 1991.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, Gráfica de Coimbra, 1999.

COMISSÃO EPISCOPAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Palavra de Deus verdade que dá sentido à vida*, 2008, [Consultado em 25-06-2014], disponível em <http://www.educris.com/v2/102-comissao-episcopal/909-nota-pastoral-sobre-a-emrc-palavra-de-deus-verdade-que-da-sentido-a-vida---2008>

- COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994.
- CONCILIO VATICANO II, *Constituição dogmática sobre a Revelação Divina* (DEI VERBUM).
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Educação Moral e Religiosa Católica – *Um valioso contributo para a formação da personalidade*, nº 8, in *Pastoral Catequética*, n.º5 (2006) 7-16.
- DEBRAY, Régis, *Deus, um itinerário, Materiais para a história do Eterno no Ocidente*, Ambar, Porto, 2002.
- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, *Orientações curriculares 3º ciclo, Ciências físicas e naturais*, [consultado em 02-08-2014] disponível em: file:///C:/Users/Bessa/Downloads/eb_cfn_orient_curriculares_3c.pdf.
- DIAS, Paula Barata, *A retórica clássica e a homilética cristã*, in *A retórica greco-latina e a sua perenidade*, Actas do congresso, vol II, Instituto de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, coordenador José Ribeiro FERREIRA, Fundação Eng. António de Almeida, 2000.
- DORADO, Guilherme, *A Bíblia hoje*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto, 1984.
- DOS SANTOS VAZ, Armindo, *A Bíblia, Património cultural e formativo*, *Communio*, 23 (2006).
- DOS SANTOS VAZ, Armindo, *Palavra Viva, Escritura Poderosa*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2013.
- DUQUE, João, *Da hermenêutica dos limites aos limites da hermenêutica: para uma leitura crítica de Gadamer*, in, GADAMER, Hans-Georg, *Gadamer:*

experiência, linguagem e interpretação, Colóquio, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2003.

DUQUE, João, *Textos e Identidades*, in *Theologica*, 38 (2003), 17-31.

Etnografia, in *Infopédia* [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 2014-05-14].Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$etnografia](http://www.infopedia.pt/$etnografia)>.

Filologia, in *Infopédia* [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 2014-05-02].Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$filologia](http://www.infopedia.pt/$filologia)>.

FUNDAÇÃO SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Metas Curriculares de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, 2013.

GADAMER, Hans-Georg, *Verdade e Método I, Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*, tradução Flávio Paulo Meurer, 8ª edição, Editora Vozes, 2007.

GRÁCIO, Rui Alexandre, *Racionalidade argumentativa*, Coleção Argumentos, Edições ASA, 1993.

HIEDEGGER, Martin, *Introducción a la metafísica*, Nova, Buenos Aires, 1980.

LIPOVETSKY, Gilles, *A Era do Vazio*, tradução de Miguel Serras Pereira e Ana Luísa, Antopos, Relógio d'água, Lisboa, 1989.

LURÇAT, Liliane, *Tempos cativos*, Lisboa: Ed. 70, 1998.

LYOTARD, Jean-Francois, *La postmodernidad (explicada a los niños)*, Gedisa, Barcelona, 1986.

MARDONES, José Maria, *Postmodernidad y cristianismo: el desafío del fragmento*, Sal Terrae, Santander, 1988.

MORIJÃO, Alexandre Fradique, *Cogito*, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, Logos, volume 1, Verbo, 1989.

- PERELMAN Chaïm, OLBRECHTS-TYTECA Lucie, *Tratado da argumentação: a nova retórica*, Tradução GALVÃO, Maria Ermantina, Martins Fontes, São Paulo, 2005.
- RICOEUR, Paul, *Do texto à ação*, Ed. Rés, Porto, 1991.
- SERRALHEIRO, Deolinda, *O Ato Educativo Religioso e Moral*, Educar na fé hoje, SNEC, 1996.
- SILVA NUNES, D. Tomaz, *Sobre as finalidades da Educação Moral e Religiosa Católica, Pastoral Catequética*, in *Pastoral Catequética*, 5 (2006).
- SÍNODO DOS BISPOS, *A Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja*, Vaticano, 2007.
- SÍNODO DOS BISPOS, *Instrumentum Laboris*, Prefácio, 2008, [Consultado em 25-06-2014], disponível em http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20080511_instrlabor-xii-assembly_po.html#PREFÁCIO.
- ZIMMERMANN, Heinrich, *Los métodos histórico-críticos en el Nuevo Testamento*, BAC, Madrid, 1996.

ANEXOS

ANEXO 1

EMRC - Domínios de aprendizagem segundo as Finalidades definidas

FINALIDADES	DOMÍNIOS	METAS	
I. Aprender a dimensão cultural do fenómeno religioso e do cristianismo, em particular;	Domínio - Religião e Experiência Religiosa	A. Compreender o que são o fenómeno religioso e a experiência religiosa.	
II. Formular uma chave de leitura que clarifique as opções de fé;		B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história.	
III. Adquirir uma visão cristã da vida;		C. Identificar o núcleo central das várias tradições religiosas.	
IV. Entender e protagonizar o diálogo ecuménico e inter-religioso;		D. Promover o diálogo inter-religioso como suporte para a construção da paz e a colaboração entre os povos.	
(Adquirir uma visão cristã da vida)	Domínio - Cultura cristã e visão cristã da vida	E. Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo	
V. Conhecer o conteúdo da mensagem cristã e identificar os valores evangélicos;		F. Conhecer a mensagem e cultura bíblicas. G. Identificar os valores evangélicos.	
VI. Adquirir um vasto conhecimento sobre Jesus Cristo, a História da Igreja e a Doutrina Católica, nomeadamente nos campos moral e social;		H. Articular uma perspetiva sobre as principais propostas doutrinárias da Igreja Católica. I. Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade.	
VII. Conhecer e descobrir o significado do património artístico-religioso e da simbólica cristã;		J. Descobrir a simbólica cristã. L. Reconhecer exemplos relevantes do património artístico criados com um fundamento religioso.	
VIII. Estabelecer o diálogo entre a cultura e a fé;		M. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.	
(Adquirir um vasto conhecimento sobre Jesus Cristo, a História da Igreja e a Doutrina Católica, nomeadamente nos campos moral e social)		Domínio - Ética e moral	O. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.
IX. Estruturar as perguntas e encontrar respostas para as dúvidas sobre o sentido da realidade;			P. Promover o bem comum e o cuidado do outro. Q. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.
X. Aprender o fundamento religioso da moral cristã;	R. Identificar o fundamento religioso da moral cristã. S. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.		

XI. Aprender a posicionar-se, pessoalmente, frente ao fenómeno religioso e agir com responsabilidade e coerência.

ANEXO 2

Plano de Aula

Nº de aula: X Turma Y Tema: A mensagem fundamental da Bíblia sobre a criação

Sumário provável: A perspectiva cristã da criação: o contexto histórico e literário

Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias e atividades	Recursos	Tempo	Avaliação
Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história.	Consolidar os conteúdos lecionados	A visão evolucionista e a visão fixista.	Diálogo vertical		5'	A avaliação será feita de forma informal, observando a participação, empenho e comportamentos dos alunos.
Descobrir a simbólica cristã.	Descobre a existência do povo de Israel e a sua relação com Deus.	Dados históricos (espácio-temporal).	Exploração do manual do aluno, páginas 24-25	Manual do aluno	10'	
Conhecer a mensagem e cultura bíblicas.	Infere o significado sobre os textos sagrados.	Significado literal e simbólico.	Resolução da ficha nº7	Caderno de atividades	5'	
	Conhece os textos bíblicos sobre a criação.	Gn1,1-4.6.9.11.20.25-29.31 Gn2,1-5.7-8.18.24	Exploração do manual do aluno, páginas 26-27		15'	
			Leitura dos textos; manual do aluno página 28 e descobertas das diferenças nos textos, em trabalho de pares			

Plano de AulaNº de aula: X Turma Y Tema: A mensagem fundamental da Bíblia sobre a criaçãoSumário provável: Gênesis: a origem, a simbólica e mensagem

Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias e atividades	Recursos	Tempo	Avaliação
Descobrir a simbólica cristã.	Consolidar os conteúdos lecionados	As diferenças entre os textos bíblicos.	Diálogo vertical		5'	
Conhecer a mensagem e cultura bíblicas.	Infere os autores dos Livro do Génesis.	Tradição Javista e Sacerdotal	Exploração do manual do aluno, páginas 34-35	Manual do aluno	10'	A avaliação será feita de forma informal,
	Descobre as características das narrativas da criação.	A narrativa da criação no livro do Génesis: teoria dos géneros literários; o género narrativo mítico: características e finalidade.	Exploração do manual do aluno, páginas 29-31 Realização da ficha nº 8 pergunta 3 e 5.	Caderno de atividades	10'	observando a participação,
		Elementos simbólicos nas narrativas	Exploração do manual do aluno, páginas 32-34 Realização da ficha nº 10		10'	empenho e comportamentos dos alunos.